



capítulo 1

---

## Um empório brasileiro

a transição na sociedade

**N**a história da sociedade baiana, o século XIX, visto retrospectivamente, se apresenta como um período de extraordinária dinâmica. Os Oitocentos deixaram como legado um elenco considerável de transformações nos planos político, econômico, social, religioso, das idéias, costumes e mentalidades, como decorrência das alterações que se processaram nas relações da Bahia com o contexto nacional e internacional. No seu conjunto, as mudanças consolidaram bases determinantes para a formação da sociedade atual.

Alguns acontecimentos, por si, seriam suficientes para dimensionar os impactos que se sucederam no decurso do século. No período aqui focado, entre 1828 e 1891, a Bahia, como uma das unidades mais importantes do território brasileiro, vivenciou no plano político as realidades do Primeiro Império, Regência, Segundo Império e finalmente a República, incorporando, assim, modificações na sua própria identidade jurídica: de Província do Império a Estado da Federação.

No plano econômico, registrou-se uma mudança substancial de perfil. Desde o século XVII fundamentada na agricultura de exportação, principalmente na cultura da cana-de-açúcar do Recôncavo, ao final do século XIX a economia registrava o declínio desta e o incremento das atividades comerciais, impulsionadas pelas exportações e importações. Salvador torna-se, então, representativo entreposto comercial do Brasil, um dos mais importantes empórios brasilienses, como se dizia à época.

Também as relações de trabalho passaram por transformações sensíveis. A sociedade escravocrata, que se robustecera à custa da mão-de-obra de negros escravizados, se deparou, no fim do século, com o desafio de produzir e sobreviver em outras bases, as do

mercado de trabalho livre, como condição para a atuação no novo contexto internacional. O tráfico negreiro, decretado ilegal em todo o Atlântico desde 1830, porém praticado clandestinamente no Brasil até 1851, foi extinto formalmente com a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, após o que passou a ser considerado crime de pirataria.

A estratificação social mudou não apenas em função da abolição final da escravidão, em 1888. A sociedade civil, que, do ponto de vista legal, até então se dividia entre livres, libertos e escravos, passou a se definir por classes, incorporando modificações que já vinham se processando. Simultaneamente ao declínio da aristocracia rural do Recôncavo, que mantinha residências em Salvador, o desenvolvimento do comércio e o aumento dos quadros de funcionários civis e militares ensejavam a formação de uma camada média, fruto da ascensão destes, dos comerciantes, profissionais liberais e ainda dos operários industriais e mecânicos.

Ao justificar a escolha do ano de 1850 como referência para a sua obra “Notícias da Bahia”, o antropólogo Pierre Verger (1999, p. 7) afirma que o atraiu a investigação da “fase de transição entre o mundo patriarcal fechado e ensimesmado dos donos de engenho de açúcar e o tempo mais aberto e liberal a vir em seguida, onde se faria sentir a influência dos bacharéis e doutores que estabeleceram os alicerces do Brasil moderno”.

Ocorrem mudanças importantes também na composição étnica, em função da migração de estrangeiros de diversas nacionalidades, atraídos pelas potencialidades do comércio e, em menor escala, pela agricultura. Desde então a Bahia passou a adicionar a seu caldeirão de miscigenação, até então formado essencialmente por indígenas, portugueses e africanos, as contribuições de franceses, ingleses, espanhóis, italianos, alemães, suíços e árabes.

As transformações se deram sob o influxo dos acontecimentos internacionais, mais atuantes na sociedade brasileira a partir da transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil e, notadamente, da abertura dos portos brasileiros às nações aliadas, através do decreto assinado em 28 de janeiro de 1808. É quando começam a se afirmar localmente as concepções da doutrina política e econômica surgida na Europa no século XVIII, o liberalismo, que pregava a defesa das liberdades individuais tanto quanto a liberdade de comércio - tese abraçada pela burguesia européia após o advento da Revolução Francesa, em 1789.

Nos anos seguintes à abertura dos portos, os reflexos se faziam sentir na progressiva mudança dos referenciais, com o declínio da hegemonia portuguesa, que até então confor-

mava o tipo de vida local, em favor de nações como, principalmente, a Inglaterra e França, eleitos os novos modelos de sociedade. Tais influências eram também mediadas por um modelo interno: o estilo de vida implantado pela Corte Imperial no Rio de Janeiro.

As mudanças alcançariam a religiosidade, traço marcante desde os primórdios da colonização. A sociedade baiana permanece hegemonicamente católica, mas, no decorrer dos Oitocentos, já incorpora novos credos religiosos, como atesta a presença de templos protestantes, além das influências da maçonaria e do espiritismo. No plano administrativo, a Igreja Católica perde progressivamente poderes de regulação da vida cotidiana, num processo que culminaria com a separação legal do Estado, demarcando, no final do século XIX, a laicização da esfera pública.

Era o final dos Oitocentos, e o Brasil já absorvia as influências do positivismo, sistema de pensamento surgido na França, a partir das enunciações de Auguste Comte, que enfatizava a experiência e os dados positivos, associando a evolução e o progresso ao desenvolvimento científico e material. O discurso racionalista, além do ideário cívico e nacionalista, tributário das revoluções francesas e americanas, passam então a concorrer com a devoção religiosa, enquanto apelo e sentido maior da existência coletiva e individual.

A ênfase que o pensamento positivista conferia à objetividade gera na Europa um momento de excepcional incremento da produção científica, assim como a busca de catalogação dos novos conhecimentos. O "século dos dicionários" gerou enciclopédias monumentais, notadamente na França, Inglaterra e Alemanha, muitas delas inspiradas na classificação das ciências proposta por Comte.

Nesse contexto, a instrução dos baianos passou a merecer maior atenção da sociedade e do poder público, a fim de amenizar um aspecto altamente contrastante com a sua ambição civilizatória: o analfabetismo de 80% da população. Na Bahia de então eram bem poucas as pessoas suficientemente alfabetizadas para redigir um documento (MATTOSO, 1988, p. 58). Em 1881, o Diretor-Geral da Instrução, Romualdo Maria de Seixas Barroso, relatava que, em toda a província, havia apenas 21.626 alunos matriculados, para uma população de 1,5 milhão de habitantes (TAVARES, 1987, p. 155).

A Bahia desenvolve o conhecimento científico a partir da criação da Faculdade de Medicina, cujas teses, em sua quase totalidade, fundamentavam-se nas correntes científicas européias. Na segunda metade do século, o ideário do positivismo incorpora-se aos discursos, que passam a exaltar a ação do homem e o potencial da ciência e do trabalho.

Um conceito se afirma, galvanizando a opinião pública: a civilização, nos moldes definidos pelas elites européia e norte-americana. A nova visão de mundo repercutiria na dinâmica sócio-cultural de Salvador, na sua estrutura urbana e, ainda, na realidade da condição feminina.

Com o acelerado aumento populacional e a expansão das áreas povoadas, a cidade, sob a inspiração do ideal civilizatório, passa a incorporar mudanças significativas na paisagem natural e construída.

Concentrada antes no Recôncavo, nas fazendas e engenhos de cana-de-açúcar da aristocracia rural, a vida baiana passa a se definir pelos núcleos urbanos. Salvador, erguida no século XVI como cidade-fortaleza, passou a funcionar como grande entreposto do comércio internacional. O seu porto passa a desempenhar papel capital no processo de transformação das mentalidades.

## 1.1 O PORTO

Durante o período colonial, a movimentação do porto de Salvador fora objeto de severo controle por parte da administração local, em cumprimento às ordens da Coroa para que as importações e exportações se restringissem a Lisboa e colônias do Império Ultramarino Português. O Vice-Rei decidia, então, pessoalmente sobre a permanência dos navios, e as restrições por vezes incluíam a prática ostensiva de hostilidades à entrada de estrangeiros na cidade (AUGEL, 1975, p. 11-12).

O marco referencial de mudança nessa situação se deu a partir da transferência da Família Real Portuguesa para a Colônia, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808. No Brasil se registrava, assim, uma primeira capitulação da Coroa Portuguesa, no plano econômico, às imposições do liberalismo.

Identificada com a célebre expressão *laissez-faire, laissez-passer*, a doutrina liberal encontrou no baiano José da Silva Lisboa um entusiasta. Admirador do seu principal teórico, o economista escocês Adam Smith, a ele se atribui uma decidida influência junto a D. João VI para a resolução de abrir os portos. Segundo consta, "o Príncipe Regente relutou muito antes de aceitar os argumentos de José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, em favor da abertura dos portos, o que indica quão pouca percepção tinham os governantes lusitanos do que estava acontecendo na realidade" (FURTADO, 1979, p. 93).

A decisão do monarca português favoreceu grandemente a Inglaterra, onde a indústria fabril, no contexto da primeira Revolução Industrial, se consolidara com o surgimento de máquinas a vapor, teares mecânicos e máquinas de fiar. A supremacia naval conferia ao império britânico condições privilegiadas para se lançar numa agressiva estratégia de conquista de mercados para a sua indústria, visando o domínio do comércio mundial. O Tratado de Comércio e Navegação, firmado entre as coroas britânica e portuguesa em 1810, representou o coroamento dessa estratégia em relação à conquista do mercado brasileiro.

Na fase posterior à abertura, a presença de navios estrangeiros tornou-se rotineira, e no Porto de Salvador (Fig. 1), por bandeiras variadas, desembarcaram novos capitais, mercadorias, livros, idéias, além de usos e costumes trazidos por visitantes, imigrantes e pela elite que viajava ao exterior.



Figura 1  
VISTA DA CIDADE BAIXA  
Benjamin R. Mullockk, 1860  
Bahia: velhas fotografias

Nos Oitocentos, a Bahia mantém-se na condição de mercado agrário-exportador para a Europa, mas a pauta de exportação indica que houve incremento e diversificação da produção interna. No relatório apresentado à Assembléia Provincial em 1870, o Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (1870a, p. 68), o Barão de São Lourenço, informa que, no ano anterior, 464 navios haviam atracado no porto, levando, no retorno, dentre outros gêneros, “agoardente, algodão em rama, assucar branco e mascavado, cacau, café em grão, charuto e cigarros, couros, salgados e secos, diamantes, fumo em folha e em rolo, madeiras em toras, páo Brazil, piassava”. Em relação aos Setecentos, a lista incorporou diamantes, café e cacau, além de, já no final do século, charutos de fabricação artesanal.

O principal destino da produção local era a Europa, para onde eram embarcadas as principais safras agrícolas, e a África, para onde seguiam fumo, aguardente e rapé. Desde o século XVIII, a Bahia também exportava para os portos do Rio da Prata, através da provín-

cia do Rio Grande do Sul, os produtos manufaturados europeus que importava através de Lisboa, além de mobiliário, peças de ourivesaria e outras, produzidas localmente.

Já a pauta de importação atesta a condição de mercado importador de bens manufaturados, evidenciando o incipiente processo de industrialização e a contribuição da Bahia, enquanto centro consumidor, à consolidação do mercado industrial europeu. A importação agora se fazia diretamente, por ordem de importância, da Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Estados Unidos, dentre as principais origens (TAVARES, 1987, p. 150).

Os gêneros mais importados eram “azeites, bacalhao e peixes, bebidas espirituosas, calçado, carnes, carvão de pedra, chapéus, couros, farinha de trigo, ferragens diversas, ferro em bruto, louça e vidros diversos, machinas diversas, manteiga, manufaturas de algodão, lã, linho, seda, mixtas, medicamentos e drogas, moedas metálicas, obras de ouro e prata, papel, pólvora, roupa feita, sal, vinhos diversos” (MARTINS, 1870a, p. 69).

O comércio portuário era de domínio dos comerciantes locais, donos dos trapiches da Cidade Baixa, que defenderam esse privilégio ferrenhamente, opondo resistência prolongada às iniciativas de melhorias do porto, na segunda metade do século (AZEVEDO, P. O. de, 1985, p. 33). Entre 1854 e 1891 foram apresentados ao poder público 14 projetos de intervenção na área portuária (ROSADO, 1987, p. 22-23). Nenhum deles se concretizou, em função de escassez de recursos oficiais e dos interesses e pressões dos trapicheiros.

A movimentação de passageiros é significativa no período, com alterações importantes no seu perfil. Ao refluxo da corrente de imigração portuguesa, verificada desde o desfecho das lutas pela Independência da Bahia, seguiu-se, principalmente a partir de 1850, após a proibição oficial de importação de escravos, também a diminuição da participação de africanos no movimento migratório, e, como reflexo da abertura às demais nações, a entrada progressiva de contingentes de outras nacionalidades.

Entre 1856 e 1864, por exemplo, deram entrada no porto 4.456 pessoas, provenientes de 20 nações, das quais 16 européias, além de três sulamericanas e os Estados Unidos. Depois de Portugal, de onde vieram 1.622 pessoas, destacam-se a Itália, com 1.267; a Inglaterra com 661; a Alemanha com 299 e a França, com 281. A maioria era ligada ao comércio (1.788), indústria (1.122), arte (651), letras (222) e agricultura (176) (LYRA, 1990, p. 49-50)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Informações reproduzidas dos Livros da Alfândega de Salvador referentes ao período citado.

A imigração resultou em grande parte de políticas governamentais de colonização, objeto do interesse oficial desde a chegada de D. João VI. Após a extinção do tráfico de escravos, sob a justificativa da falta de mão-de-obra nas lavouras, o Governo Imperial e as províncias, em aliança com particulares, criaram leis e incentivos para atrair estrangeiros. A partir dos anos 70 daquele século, os programas destinados à atração de imigrantes estrangeiros e implantação de núcleos coloniais, ao lado do fundo de emancipação dos escravos, absorveriam grande parte das verbas governamentais (FLEXOR, 1999a, p. 5).

O historiador Henrique Jorge Buckingham Lyra (1990, p. 46) assinala, em seus estudos sobre o assunto, a falácia da falta de mão-de-obra, face à disponibilidade existente na área rural. O discurso oficial apontava para outro fator: a mentalidade então vigente na sociedade baiana acerca da superioridade do trabalhador europeu. É o que indica a Fala do Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto (1861, p. 42):

Cada colono europeu, inteligente, laborioso e moralizado, que introduzirmos na Província, é além de uma força productiva, em relação a agricultura, um elemento também de civilização para o paiz, que, ainda com algum sacrificio, deve aproveitar o concurso de todos esses homens, filhos de uma civilização mais apurada, e portanto capazes de ensinar, pelo exemplo, a nossa população do interior, ainda em atraso.

Apesar de os esforços governamentais visarem prioritariamente a agricultura, o maior fluxo da imigração, como aponta a estatística dos livros alfandegários, concentrou-se nas atividades comerciais. A movimentação de cargas e passageiros, assim como o estabelecimento de imigrantes estrangeiros, trazem nova dinâmica a Salvador, notadamente ao Bairro da Praia, que intensifica a sua antiga característica de buliçoso espaço de negócios.

A presença de estrangeiros se nota, tanto no comando dos empreendimentos comerciais, quanto em funções subalternas. Geralmente imigravam com suas famílias, trazendo o capital e/ou a própria força de trabalho como instrumentos para se afirmarem socialmente. Os imigrantes detentores de capital, principalmente ingleses e franceses, dominam os negócios maiores, enquanto grupos de outras nacionalidades ocupam os espaços que lhe são possíveis na nova sociedade que se estrutura. É o caso, por exemplo, dos galegos:

Em rápida avaliação de suas perspectivas na nova sociedade, percebem que as suas possibilidades no mercado de trabalho, como empregados, estão contidas em algumas áreas, como o porto, os serviços públicos, o comércio ou o trabalho doméstico. E estes são trabalhos que não exigem maior qualificação ou são ocupados basicamente por negros. Neles, no máximo, repetirão a situação desvantajosa do galego em Portugal. Os

galegos optam pelo pequeno comércio, onde, com diminuto capital, vislumbram a possibilidade de ascender economicamente e, por sua vez, serem patrões (BACELAR, 1994, p. 108-109).

Os ingleses desfrutavam de outra situação. Beneficiando-se da posse de capitais e de uma tarifa alfandegária diferenciada, fundam, no século XIX, grandes firmas como a Lyon and Parkinson, William Clegg and Jones, Lebreton Whateley and Co., Joseph Mellor Russell, John Foster, Stuart. Comercializam algodão de Manchester, cutelaria de Sheffield, porcelanas, lãs, carvão e outros artigos da indústria inglesa (VERGER, 1999, p. 129).

A presença alemã, que se destacou sobretudo na formação de colônias agrícolas no Sul da Bahia e no cultivo e processamento do fumo no Recôncavo, também se fez sentir no comércio de Salvador, através do estabelecimento de casas comerciais, a exemplo da firma Laeiz u. Bonne, criada em 1828, um ano após o tratado comercial e de navegação firmado entre o Brasil e as cidades livres e hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo (MENEZES, 1990, p. 34).

Dentre os suíços, François Auguste de Meron foi um dos pioneiros da industrialização local, com a criação, em 1816, de uma fábrica de rapé em Pirajá. Na década seguinte, Henry Gex e Auguste Decosterd criaram a firma Gex & Decosterd, cujo êxito no comércio de importação e exportação levou à criação de filiais em Paris, Londres e Rio de Janeiro. A firma Jezler, Keller & Companhia introduziu, na década de 70, os negócios de câmbio através de cotações internacionais (NEESER, C. H. 1990, p. 40-43).

Muitas dessas grandes casas comerciais atuavam igualmente como bancos, realizando empréstimos a comerciantes e produtores rurais a juros elevados, mediante hipotecas. Entre as décadas de 40 e 60 os capitais nacionais e estrangeiros fundaram instituições de crédito como o Banco Comercial da Província da Bahia, a Sociedade Comércio da Bahia, o banco Hipotecário da Bahia, a Caixa Comercial, a Companhia de Seguros contra Fogo Interesse Público, a Caixa de Reserva Mercantil, a Caixa de Economias e a Caixa Hipotecária. O banco estrangeiro mais importante do período foi o New London and Brazilian Bank Limited. (TAVARES, 1987, p. 151).

A presença desses escritórios nas imediações do porto sinalizava, no cenário de Salvador, a descapitalização das casas comerciais portuguesas no período posterior à Independência, assim como a dependência do sistema produtivo brasileiro dos capitais acumulados pelas grandes potências mundiais, notadamente a França e Inglaterra - principais be-

neficiárias do processo de industrialização e introdutoras do que veio a se denominar capitalismo financeiro, caracterizado pela formação de grandes conglomerados econômicos.

Interessa ressaltar, tanto em relação à entrada de produtos, quanto de imigrantes estrangeiros, a influência que exerceram sobre a mudança de gostos, hábitos e posturas dos baianos, introduzindo, como se verá adiante, novos padrões de consumo e de sociabilidade, e principalmente novas idéias e visões de mundo, que viriam a contribuir significativamente para as transformações operadas nas mentalidades da sociedade baiana naquele século.

## 1.2 A PAISAGEM URBANA

O incremento populacional é um dado referencial para a análise das transformações ocorridas na paisagem urbana de Salvador ao longo do século XIX. Entre o início e o final do século a população passou de 51.112 habitantes, estimados em 1808, para 129.109 em 1872, como registrado no primeiro recenseamento regular da população brasileira (MATTO-SO, 1988, p. 22). Em 1890, a cidade contava já com 175 mil habitantes (GRANDE SALVADOR, p. IX-6), contingente mais de três vezes superior ao inicial.

Na sua expansão, a cidade, de traçado e edificações barrocas, incorporou novas ordenações espaciais e linhas arquitetônicas, influenciadas por modelos de cidades européias e pelas tentativas de replicação desses modelos no Rio de Janeiro.

O cenário urbano que vigorava até o século XVIII pode ser imaginado através da descrição que o professor de Grego, o português Luís dos Santos Vilhena (1969, p. 102) fez então do núcleo central da cidade. Seu relato atesta, além da flexibilidade do caráter português de urbanização, a desobediência sistemática da população a posturas do Senado da Câmara ou a critérios ditados pela Coroa. Nas suas Cartas, repleta de menções à “tortuosidade” das vias, ele se utiliza da expressão “labirinto” para descrever a Cidade Alta:

Não me intrometo, meu amigo, em descrever a particular direção de cada uma das ruas do interior da Cidade Alta, por ser trabalho, que não merece a pena, atenta a desigualdade do terreno em que está situada, e por ser labirinto, de que me seria dificultoso sair, por ignorar a maior parte dos nomes, das que são menos públicas, tanto travessas, como becos.

A tortuosidade das ruas antigas de Salvador, de fato, pode produzir a sensação de se atravessar meandros labirínticos - verticais e horizontais. A irregularidade da topografia, com

ladeiras abaixo e acima, rivaliza com as irregularidades do traçado, que, disposto conforme curvas de nível, gerou becos em direções várias.

As imagens abaixo traduzem essa experiência cotidiana. A primeira é uma pintura do arquiteto Diógenes Rebouças (Fig. 2), reproduzida na obra documental “Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX” (REBOUÇAS, 1996, p. 93). A segunda (Fig. 3) é de autoria de um dos pioneiros da fotografia em Salvador naquele século, Benjamin Mullock.

As duas imagens convidam o observador a penetrar na experiência do labirinto. Vistas atentamente, as ruas não deixam perceber mais que alguns poucos metros à frente. O olhar / o andar se depara com traçados sinuosos, exigindo do observador / transeunte que desça ou suba uma ladeira, e que dobre à direita ou à esquerda, se quiser dar continuidade ao percurso.



Figura 2  
RUA DA ORAÇÃO  
Diógenes Rebouças  
Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX



Figura 3  
PELOURINHO  
Benjamin R. Mullock, 1860  
Bahia: velhas fotografias

A urbanização portuguesa, na forma como se desenvolveu em cidades brasileiras como Salvador, com as marcas do pragmatismo e da flexibilidade, com espaço para a formação de labirintos, começou a ceder espaço, no século XIX, a organizações espaciais inspiradas nos novos parâmetros do urbanismo europeu, que privilegiavam a ordenação.

Na segunda metade do século começam a repercutir na cidade os efeitos da reforma que Georges-Eugène Haussmann, o Barão Haussmann, realizou durante o governo de Napoleão III, em Paris, considerada, até então, a mais congestionada e suja capital da Europa.

O projeto de modernização de Haussmann, iniciado em 1852, criou sistemas de abastecimento de água e rede de esgotos, parques, fontes, além de intervir em ruas sujas e superpovoadas. O padrão geométrico de avenidas e bulevares (Fig. 4) passou a conferir a Paris a aparência de uma capital ordenada e arejada.



Figura 4  
LA RUE ROYALE  
Edmon Grandjean, 1892

As motivações individuais e coletivas que configuraram essa nova mentalidade foram investigadas pouco depois por uma disciplina surgida no final do século XIX, que se interessou em identificar o apelo que os elementos ordem, limpeza e beleza exerceram sobre a sociedade ocidental. Na obra “O mal-estar na civilização”, o fundador da psicanálise, Sigmund Freud (1974, p. 112-114), lança uma visão crítica sobre o ideário civilizatório. Com relação à ênfase na beleza, afirma:

[...] reconhecemos [...] como um sinal de civilização, verificar que as pessoas orientam suas preocupações para aquilo que não possui qualquer valor prático, para o que não é lucrativo: por exemplo, os espaços verdes necessários a uma cidade, como playgrounds e reservatórios de ar fresco, são também ornados de jardins e as janelas das casas, decoradas com vasos de flores. De imediato, constatamos que essa coisa não lucrativa que esperamos que a civilização valorize, é a beleza. Exigimos que o homem civilizado reverencie a beleza, sempre que a perceba na natureza ou sempre que a crie nos objetos de seu trabalho manual, na medida em que é capaz disso.

Quanto à compulsão para a ordem:

A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas. Os benefícios da ordem são incontestáveis. Ela capacita os homens a utilizarem o espaço e o tempo para seu melhor proveito, conservando ao mesmo tempo as forças psíquicas deles. Deveríamos ter o direito de esperar que ela

houvesse ocupado seu lugar nas atividades humanas desde o início e sem dificuldade, e podemos ficar admirados de que isso não tenha acontecido, de que, pelo contrário, os seres humanos revelem uma tendência inata para o descuido, a irregularidade e a irresponsabilidade em seu trabalho, e de que seja necessário um laborioso treinamento para que aprendam a seguir o exemplo de seus modelos celestes.

#### E sobre a limpeza:

Não concebemos uma cidade do interior da Inglaterra, na época de Shakespeare, como possuidora de um alto nível cultural, quando lemos que havia um grande monte de esterco em frente à casa de seu pai, em Stratford; também ficamos indignados e chamamos de 'bárbaro' (oposto de civilizado), quando nos deparamos com as veredas do Wiener Wald<sup>2</sup> cobertas de papéis velhos. A sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização. Da mesma forma, estendemos nossa exigência de limpeza ao corpo humano. Ficamos estupefatos ao saber que o Roi Soleil<sup>3</sup> emanava um odor insuportável, meneamos a cabeça quando, na Isola Bella<sup>4</sup> nos é mostrada a minúscula bacia em que Napoleão se lavava todas as manhãs. Na verdade, não nos surpreende a idéia de estabelecer o emprego do sabão como um padrão real de civilização.

A escolha da localização dos novos núcleos residenciais de Salvador nos Oitocentos viria a se inspirar nesse tripé do ideal civilizatório. Seguindo o exemplo do corpo consular, a elite começa a preterir as apertadas e enladeiradas ruas e os sobrados geminados de áreas centrais, como o Pelourinho e o Santo Antonio do Carmo, para se estabelecer sobre uma colina arejada, bafejada pela brisa do mar.

Ali, no entorno do Campo Grande, até terrenos da Graça, na área que depois receberia o nome de Corredor da Vitória, se estabeleceu um novo eixo de urbanização. Foi onde se instalaram os cônsules e os representantes da elite mais identificados com o novo estilo de vida, em casas com recuos laterais e frontais, jardins e cômodos amplos (Figs. 5 e 6).

---

<sup>2</sup> Colinas arborizada nos arredores de Viena.

<sup>3</sup> Luís XIV, da França.

<sup>4</sup> Ilha do Lago Maggiore, visitada por Napoleão poucos dias antes da batalha de Marengo.



Figura 5  
PALACETES DO CAMPO GRANDE  
Guilherme Gaensly, 1870  
Bahia: velhas fotografias



Figura 6  
CORREDOR DA VITÓRIA  
Rodolfo Lindermann, 1885  
Bahia: velhas fotografias

Na busca pela ordem, a eliminação de labirintos e irregularidades ocupou o centro das preocupações de reorganização espacial. Ao contrário de antes, quando a urbanização se adaptava às ladeiras, agora as ladeiras são eliminadas em nome da urbanização. Para tanto, o poder público empenhou esforços e apelou aos capitais privados para promover a transformação da topografia.

A planificação do Campo Grande, ou Campo de São Pedro, como se denominava, foi uma das obras de maior envergadura. O local era primitivamente margeado por um vale ou fosso natural, continuação da rua do Canela. As primeiras obras de nivelamento, visando o seu "aformoseamento", começaram no fim dos anos 30. A elevação localizada onde hoje está o Teatro Castro Alves foi rebaixada, e o poder público - inicialmente a Câmara Municipal - planejou aterros para suprimir o vale situado entre a Vitória e o Forte de São Pedro.

Interrompida em razão de dificuldades financeiras e da ação indenizatória interposta por um particular, a obra foi assumida pelo presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (1852, p. 20). Na fala dirigida à Assembléia Legislativa, em 1852, ele justifica que "depois de concluída segundo o plano fica em verdade o mais bello e perfeito local desta cidade, onde podem ter conveniente lugar as revistas e paradas de tropas, e quaesquer outros divertimentos a que muitas vezes se entregam os povos civilizados".

É digno de registro que as obras, desde o início, tiveram a influência e decidida participação de um europeu, o reverendo Edward Parker, que ali ergueu o prédio onde funcionou o templo da Igreja Anglicana. Na fala de 1851, o Presidente da Província já informava que duas obras em execução naquelas imediações - a estrada da Graça e a estrada de Santo Antonio, que fizeram a ligação com a povoação da Barra - "ambas são construídas debaixo da

direcção do subdito Inglez o padre Parker, que mostra bastante interesse pelos melhoramentos daquela parte da cidade, não se poupando à trabalho algum" (MARTINS, 1851, p.16).

Parker intervém para encerrar o impasse em que se encontrava a obra do Campo Grande, face às restrições financeiras do erário e ao já citado pleito indenizatório, como esclarece o Presidente Martins (1852, p. 20):

Aproveitando por tanto a boa disposição do Rm. Eduardo Parker, e sua conhecida e intelligente actividade, appliquei para aquella obra 120 dos ditos africanos, pondo um termo ao embargo que a suspendera mediante uma indemnisação de 2 contos de reis em vez da anterior que não seria satisfeita com 16.

Os escravos em questão, como informa o documento, integravam um contingente encontrado durante uma ação de repressão ao tráfico ilegal. Superadas as dificuldades legais e de contratação de mão-de-obra, em 1860 a área do Campo Grande encontrava-se finalmente aplainada (Fig. 7).



Figura 7  
CAMPO GRANDE  
Guilherme Gaensly, 1870  
Bahia: velhas fotografias

A disposição de Parker em regularizar a topografia do Campo Grande reflete a visão então dominante entre os europeus, de franca exaltação à ordem, à beleza e à limpeza. Esse ideário conformava a mentalidade dos numerosos visitantes que perscrutaram a vida da cidade nos Oitocentos, deixando registros valiosos sobre o ambiente e o cotidiano dos baianos naquele período.

As expedições investigatórias tiveram importância estratégica para as nações europeias e despertaram o interesse de vastas camadas de seu público leitor. Tanto é que o gênero literário das descrições de viagem alcançou popularidade inédita no século XIX, posicionando-se entre os de maior vendagem na Europa (HAUSER, 2000, p. 717).

Movia os visitantes e seus patrocinadores o interesse em mapear os acervos naturais e culturais, contribuindo assim, a um só tempo, para a expansão político-econômica das grandes potências e para o alargamento do conhecimento científico, tarefa a que então se lançava decisivamente a Europa, com o objetivo de realizar descobertas botânicas, zoológicas, mineralógicas, geológicas e florestais em outros continentes.

Grande parte viajava a serviço de governantes, com a missão precípua de realizar uma prospecção minuciosa, abrangendo todos os aspectos possíveis, e de produzir um relatório circunstanciado das observações e descobertas. Com essa motivação, aqui estiveram representantes diplomáticos, homens de negócios, naturalistas, exploradores, cientistas, artistas, religiosos, missionários e profissionais liberais, como engenheiros e médicos.

A prática vinha desde o final do século XVIII, e o Reino português não foi exceção. A biografia do jornalista Hipólito José da Costa registra que, em 1798, ele foi convocado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, então dirigente do erário português, a realizar uma prospecção na América do Norte. Produziu um levantamento dos recursos naturais, avanços científicos, artes práticas, culturas agrícolas, ofícios, fabricos e manufaturas, além da coleta de espécimes e variedades aproveitáveis em Portugal e Brasil, especialmente o tabaco, cultivado em Maryland e Virgínia, e o inseto e a planta da cochinha, no México (ALMEIDA, 2004, p. 1-2).

Em Salvador, os visitantes não se inibiam de avaliar rigorosamente o cenário local, segundo seus parâmetros de ordenação, não excluindo do julgamento sequer as obras da natureza. O Arquiduque da Áustria, Maximiliano de Habsburgo (1982, p. 78), no relato da sua estadia, ao descrever a área do Campo Grande, não poupou o coqueiro, depreciando-o, dentre outras razões, pelo fato de que “o tronco não sobe reto”:

Diante da primeira casa de campo, à direita, vimos altos exemplares de coqueiro (*Cocus nucifera*), aquela árvore típica do genuíno mundo tropical americano. Em beleza, o coqueiro é inferior à tamareira; e, do mesmo modo que ela, com seu tronco reto, forte, com sua copa regular, orgulhosa, é a imagem da harmonia de proporções e o protótipo segundo o qual foram criados a arte serena do Egito e a arte cativante da Grécia, o coquei-

ro é a imagem irregular do hemisfério sem cultura. Faltam-lhe belas proporções e simetria. A parte inferior do tronco é bastante delgada, como que atrofiada. O tronco não sobe reto; apenas próximo ao capitel, ele torna-se bem mais largo. Enquanto, na tamareira, os frutos dourados brilham simetricamente, nos coqueiros, os famosos cocos pendem de forma irregular, como que excrescências. A copa é desgrenhada e repuxada em todas as direções do vento. Em comparação, quão magníficas se elevam as palmeiras de Mênfis e de Ramleh!

Com relação às formas de habitar, o *modus vivendi* na capital da Província também seria influenciado pelas tendências emergentes na Europa, especialmente pela revalorização dos elementos clássicos na arte e na arquitetura.

O Neoclássico ou classicismo arqueológico surgiu no contexto dos anseios cientificistas que dominavam o continente europeu desde o século XVIII. A ênfase que então se dispensava à pesquisa gerou, dentre outros resultados, o nascimento da arqueologia histórica ou científica, e esta realizou, dentre os saldos mais notáveis, as escavações das cidades soterradas de Herculano e de Pompéia. A redescoberta da Antiguidade impactou fortemente a produção artístico-cultural européia, como assinala o historiador Louis Hautecouer (1964, p. 36):

Todas essas escavações, essas publicações, essas discussões sobre a arte antiga excitaram as imaginações e a influência delas atuou na pintura, na escultura, na arquitetura concomitantemente com as doutrinas acadêmicas, o movimento sentimental e moralizante. Tais fatos determinaram uma transformação das formas e do espírito.

As mudanças repercutiriam na arquitetura de Salvador no século XIX, como registrado pelo historiador de arte Godofredo Filho (1984, p. 16):

A linguagem arquitetônica vigente na Bahia até o começo do século XIX deixaria, na sua 2ª metade, de expressar uma tendência de gosto sereno, monótono, quase triste, nos domínios da habitação. [...] Não mais os palácios do bairro da Sé ou os sobradões de São Pedro, escuros, pesados de tradição, com forros caixotados, portais armoriados abarrocando-se em volutas e os escassos vãos retangulares guarnecidos, nas sacadas, de gradis em conto de lança; nem aqueles sobrados xifópagos, ou de oitão colado, distensos em grupamentos agressivos ou tão-só melancólicos.

Em substituição, os cânones neoclássicos viriam a dotar as novas residências baianas de padrões compatíveis com os estatutos civilizatórios da ordem, limpeza e beleza:

No século XIX, as concepções formais do neoclássico dominaram num avultado número de edificações citadinas de função pública e privada, e, dessa linha de influência, não se eximiriam as casas residenciais do Campo Grande, do Corredor da Vitória e da Graça, arredores então os mais avidamente buscados pelos comerciantes ricos e estrangeiros favorecidos por uma posição social importante. [...] Os cônsules estrangeiros, os negociantes alemães e ingleses, os arrivistas afortunados, que nem estes faltariam àquele tempo, e muitos aquinhoados à sorrelfa pelo tráfico negreiro, comandariam a moda das `vilas´ do Corredor da Vitória, grandes e singelas casas e varandas abertas para jardins sombreados, parques de árvores enormes, meio ou de todo selvagem, e, como temos notícia, povoados de cigarras de canto ardente, de escaravelhos zumbidores e de trêfegos saguis pulando na galharia das mangueiras. (Idem, p. 16)

Para visualizar a distância entre os dois estilos descritos, indicadores do processo de transição na arquitetura residencial, compare-se as imagens de duas residências baianas representativas do colonial e do neoclássico, conforme são apresentadas no Inventário de Proteção do Acervo Cultural (1984, v. I, p. 227-228, 285-286).

A primeira delas, o Solar do Sodrê (Fig. 8), construída no século XVIII pelo mestre-de-campo Jerônimo Sodrê Pereira, abrigou a família do poeta Castro Alves, que ali morreu em 1871. Fronteiriça à rua homônima, era contígua com outros sobrados, tinha telhado de duas águas, três pavimentos, sótão, "lojas" e cômodos para escravos. A segunda (Fig 9), localizada à ladeira da Barra, próximo ao largo da Vitória, foi construída na segunda metade do século XIX. Tinha recuos frontal e laterais, telhado de quatro águas, frontão tipicamente neoclássico, porão, pavimento térreo reservado a funções sociais e sótão destinado aos criados.



Figura 8  
SOLAR DO SODRÉ  
Século XVIII  
Inventário de Proteção do Acervo Cultural



Figura 9  
SOBRADO DA LADEIRA DA BARRA  
Século XIX  
Inventário de Proteção do Acervo Cultural

Não somente nas novas áreas residenciais floresceu o novo estilo. O mesmo Inventário apresenta a casa da rua do Jenipapeiro (Fig. 10), no bairro da Saúde, construída em 1861 pelo negociante Joaquim Vitorino da Rocha. Considerada uma "transição entre o sobrado tradicional e a casa térrea integrada ao jardim", possuía porão alto, escadaria ligando o pavimento principal diretamente ao jardim, além de fachada revestida em azulejo, inovação brasileira do século XIX, posteriormente exportada para Portugal (Idem, p. 285-286).

Há ainda a Vila Laura (Fig. 11), adquirida por Frederico Augusto Rodrigues da Costa, presidente do Senado por 18 anos, que, em 1882, acresce um pavimento, conferindo-lhe características de transição, já que o primeiro nível, reservado às funções sociais, exibía vãos recobertos por arcos batidos, típicos do final do século XVIII e início do XIX, enquanto o pavimento superior, privativo da família, exibía feição neoclássica (Idem, p. 227-228).

A casa era circundada por um misto de jardim e pomar, típico das chácaras baianas. Note-se, a esse respeito, que na sua pesquisa sobre os ingleses no Brasil, o antropólogo Gilberto Freyre (1977, p. 136-137) identificou nos anúncios de jornais da época a preferência dos britânicos por casas desse tipo – mais em conformidade com os seus padrões de conforto e higiene doméstica -, exemplo que teria sido imitado por brasileiros e portugueses.

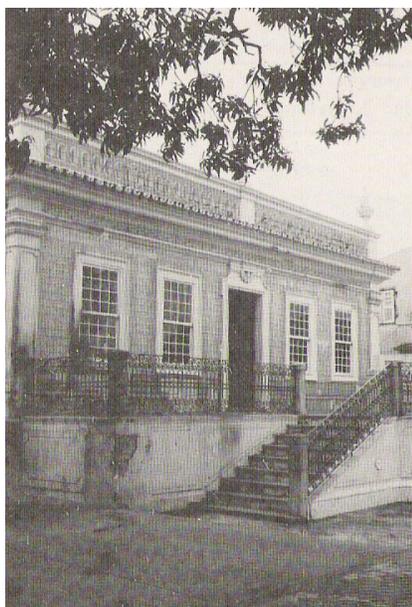


Figura 10  
CASA DA RUA DO JENIPAPEIRO  
Século XIX  
Inventário de Proteção do Acervo Cultural



Figura 11  
VILA LAURA  
Século XIX  
Inventário de Proteção do Acervo Cultural

Na dissertação “A Victória na Renascença Baiana”, a arquiteta Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida (1997, p. 248) identifica, no zoneamento interno das novas residências,

a busca de sintonia com os novos padrões adotados pela burguesia européia, no contexto da Revolução Industrial, notadamente quanto à especialização dos espaços, que passa a estabelecer distinção entre as zonas social, íntima e de serviço. Tais anseios, entretanto, não anularam o caráter de transitoriedade que marcou muitas dessas construções:

A casa burguesa procura romper com os padrões da habitação colonial. Desde a sua implantação no lote, recuada em relação à rua, até a disposição interna dos seus cômodos, que incorpora novos espaços ao programa arquitetônico, busca adaptar-se a um funcionamento que prescindia da mão-de-obra escrava, então extinta em 1888. Estas mudanças, contudo, são construídas paulatinamente, enfrentando as resistências de uma forte tradição do modo de morar e viver, fazendo com que a casa indique as contradições de uma época que, ao mesmo tempo que se pretende moderna e progressista, atrela-se insistentemente ao passado colonial.

Vale citar o escritor Affonso Romano de Sant'Anna (2000, p. 251), em suas observações sobre como, no período colonial, a disposição das casas em relação à topografia, às casas vizinhas e à rua revelava, mais do que o enquadramento em parâmetros técnicos ou estéticos, a identificação com traços culturais do barroco:

Se urbanisticamente as casas seguem a natureza, subindo e descendo morros; se as casas se encostam umas nas outras em parede e meia; se dentro das casas a convivência racial e social entre donos e empregados leva a uma contiguidade familiar; se há uma continuidade entre a casa e a rua, esse ajuntamento, esse aglomerado, leva não só a uma mestiçagem de costumes, mas produz, pela anulação do perspectivismo renascentista, um aglomerado cultural barroco que está sempre a um passo da carnavalização.

Na arquitetura religiosa, se ergueria no Campo Grande, nos anos Oitocentos, uma edificação de grande simbolismo, enquanto marco dos novos tempos: o templo da Igreja Anglicana (Fig. 12), construído pelo Reverendo Parker. Ao tempo em que sinalizava a liberdade de culto, como prenúncio do fim iminente da aliança entre Igreja Católica e Estado, o prédio inseria na paisagem urbana os novos padrões arquitetônicos inspirados na revalorização da ordem e beleza clássicas.

Uma comparação entre esta obra e a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Boqueirão (Fig. 13), erguida no Santo Antônio Além do Carmo, no século XVIII, com a profusão de elementos característicos do Barroco, se presta a evidenciar as mudanças de mentalidade que marcaram a vida de Salvador no século XIX. Em vez das linhas retas de inspira-

ção greco-romana, prevaleciam então as torres sineiras terminadas em bulbo e o frontão rococó - estilo que exacerbava as curvas, volutas e sinuosidades típicos da estética barroca.



Figura 12  
TEMPLO DA IGREJA ANGLICANA  
Salvador, século XIX  
Album-lembrança da Exposição Iconográfica  
e Bibliográfica Bahiana



Figura 13  
IGREJA DE NOSSA SENHORA DO BOQUEIRÃO  
Salvador, século XVIII  
Inventário de Proteção do Acervo Cultural

O neoclássico estreou na paisagem urbana de Salvador e do Brasil logo depois da chegada da Família Real e da abertura dos portos, antes mesmo de a Missão Francesa, integrada por artistas neoclássicos, se instalar no Rio de Janeiro, em 1816. Como “primeira reação ao rococó na Bahia” (INVENTÁRIO, 1984, p. 152), entre 1814 e 1816, no governo do 8º Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, se ergue a primeira edificação pública naquele estilo, o Paço da Associação Comercial da Bahia (Fig. 14), a que se atribui influência da arquitetura do inglês Robert Adams.



Figura 14  
PAÇO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL  
J. Schleier, 1876  
Bahia: velhas fotografias

Os novos padrões acabariam também por impor modificações a um dos mais importantes edifícios públicos seiscentistas, o Paço Municipal (Fig. 15), construído na primeira praça de Salvador. Em 1887, na execução do projeto elaborado no Rio de Janeiro pelo engenheiro baiano Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, a fachada ganhou decoração renascentista (Fig. 16); a antiga torre, recoberta por meia laranja, foi substituída por um torreão, e o sino foi substituído por um relógio – alteração de grande simbolismo, numa época em que a devoção religiosa começava a perder terreno e se instalava no sentimento coletivo o desejo de acompanhar os novos tempos, ditados pelas tendências internacionais.



Figura 15  
PAÇO MUNICIPAL  
Antes de 1887  
Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal do Salvador



Figura 16  
PAÇO MUNICIPAL  
Após a reforma de 1887  
Paço da Cidade (O)

O ritmo da vida em Salvador deixava de ser pautado pelo repicar dos sinos, que marcavam as horas e convidavam às missas e à conexão com o mundo transcendental, para ser acompanhado visualmente pelos ponteiros do relógio belga, demarcando as horas e os horários das atividades produtivas. Note-se que anteriormente o relógio já se instalara solenemente num dos templos religiosos de maior afluência dos baianos, a Igreja do Senhor do Bonfim, na Cidade Baixa, cuja fachada, em 1848, recebeu um relógico de fabricação baiana na torre dos sinos (ALVES, 1977, p. 8).

A aspiração de aderir aos padrões modernos encontrou incentivo na imprensa local, como atesta o comentário publicado no *Jornal da Bahia*, na edição de 5 de junho de 1860, quando da inauguração do Asilo Santa Isabel (Fig. 17), monumental edifício em estilo neoclássico erguido no bairro de Nazaré pela Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre S. Francisco da Congregação da Bahia. Os elogios do jornal à construção se fizeram acompanhar de uma crítica aos antigos padrões estéticos.

Releva notar [que] é hoje o primeiro edifício da Bahia, por sua architectura, na qual se acha a par da simplicidade um gosto não cheio de miudos ornatos e relevos, mas soberbo e magestoso (JORNAL DA BAHIA, 5 jun.1860, p.1).



Figura 17  
ASILO SANTA ISABEL  
Século XIX  
Inventário de Proteção do Acervo Cultural

No centro do Campo Grande, no final do século, a sociedade baiana cravaria enfim um marco da sua ambição de ajustar-se ao modelo europeu de civilização, que erigira a monumentalidade como parâmetro para a construção de obras públicas. O monumento ao 2 de Julho, inaugurado em 1895, atendeu também ao desejo de materialização do ideário nacionalista, que se afirmara desde o processo de Independência, e dos ideais da República recém-proclamada.

A idéia de homenagear a luta pela Independência da Bahia vinha sendo ventilada pelo poder público, políticos e imprensa desde a década de 50, mas - como uma das razões - a escassez de recursos públicos adiara o projeto. O erário acusava, na época, os dispêncios com o fundo de emancipação dos escravos, o programa de colonização, epidemias, secas, mas principalmente a crise que atingira a economia local, em consequência do declínio na produção do açúcar, fumo, café e algodão, e também da queda da cotação do açúcar baiano no mercado internacional, devido à má qualidade do produto, por inadequação dos métodos de produção local (TAVARES, 1987, p. 152-153).

No relatório que apresentou à Assembléia Legislativa em 1877, o Presidente da Província, desembargador Henrique Pereira de Lucena (1877, p. 5), após informar a dívida de 2.800:000\$000 e o déficit previsto de 700:000\$000, alertava que "se novas fontes de renda não forem creadas, e se grandes cortes não forem effectuados em despesas superfluas, deve-se concluir, que o estado financeiro da provincia é assustador, e que elle reclama toda a vossa atenção e solicitude".

Embora fossem prática antiga, vale notar que naquele ano de 1877, as páginas de anúncios do Correio da Bahia exibiam volume incomum de anúncios de leilões e de leiloeiros (Figs. 18 e 19), que ofereciam, por exemplo, "tudo de uma loja de fazenda", "um antigo escriptorio", os pertences do "casal exm. Sr. desembargador M. J. da Bahia, no Largo da Victoria, onde residia", além de conjuntos de "trastes" que compunham a decoração interior de residências e escritórios (CORREIO, jan. a jun. de 1876).



Figura 18  
ANÚNCIOS DE LEILOEIROS  
Correio da Bahia, 18 de janeiro de 1876



Figura 19  
ANÚNCIOS DE LEILÕES  
Correio da Bahia, 10 de fevereiro de 1876

Dentre estes, se incluíam "uma mobília de jacarandá quasi nova", "quadros com bonitas estampas", "grandes espelhos dourados", "nichos completos", "aparelho de louça para toilette", "pianos de armario e de mesa", "machinas de costura", além de relógios de parede, guarda-vestidos, tapetes, papel de parede, jarros, castiçais, livros e carteiras grandes para escritórios (Ibidem).

Mas, além dessa dificuldade de ordem material do erário e da sociedade, uma limitação de ordem moral impedia a concretização do desejo de erguer um memorial ao fato histórico da Independência. É que a reverência a feitos e ideais libertários contrastava fortemente com a existência da escravidão - abismo a separar a Bahia do seu universo-modelo, a Europa civilizada. O Diario da Bahia, na edição de 4 de julho de 1888, quase dois meses após a promulgação da Lei Áurea, revelava, em artigo de primeira página, os motivos do adiamento:

A causa que mais fortemente determinou tal demora, foi a existencia do captiveiro, em boa hora destruído pela base com aplausos de todos os bons patriotas. [...] O espirito

publico compreendeu perfeitamente a incompatibilidade entre a columna de bronze encimada pela figura da liberdade e o tronco a que se prendia o captivo suppliciado. Extinto, porém, o captiveiro, supresso o motivo primordial que nos impunha o adiamento d'essa commemoração solemne dos feitos heróicos dos nossos avós, cabe ao povo realisa-la quanto antes (DIARIO, 4 jul. 1888, p. 1).

No discurso que pronunciou na solenidade de inauguração do monumento, o presidente da comissão organizadora, Augusto Alvares Guimarães (1895, p. 227), médico, redator-chefe do Diário da Bahia e cunhado do poeta Castro Alves, reporta-se igualmente aos empecilhos de ordem moral que imperaram anteriormente, ao afirmar que "essas tentativas naufragaram sempre, porque seria uma ironia pungente e sarcástica a milhares de compatriotas nossos, que, nascendo no mesmo solo, respirando as mesmas auras balsamicas, sob o mesmo tecto asulado, fossem segregados do viver social".

Cogitava-se então, como referenciais (MARTINEZ, 2000, p. 113), três grandes monumentos estrangeiros: a Estátua de Washington, nos Estados Unidos, o Arco do Triunfo e a Coluna de Vendôme (Fig. 20), em Paris. A coluna parisiense, medindo 44 metros de altura, era revestida do bronze de 1.200 canhões capturados na Batalha de Austerlitz, em 1805. Exibia ao alto a imagem de Napoleão, figura-símbolo do nacionalismo francês.



Figura 20  
COLUNA VENDÔME  
Paris

O Monumento ao 2 de Julho (Fig. 21), iniciado em 1888, é inaugurado em 1895, portanto 72 anos após a expulsão dos portugueses. Media 25,86 metros de altura e exibia uma gigantesca coluna, também em bronze, encimada pela figura de um indígena - a imagem-símbolo do repertório nacionalista brasileiro à época, "synthese homerica do sentimento nacional, no momento genesisico da nossa pujante nacionalidade", como definiu Satyro Dias, então Diretor de Instrução Pública (DIAS, 1895, p. 214).



Figura 21  
MONUMENTO AO 2 DE JULHO  
Rodolfo Lindemann, 1895  
Bahia: velhas fotografias

Concebido por Manoel Victorino Pereira, então presidente do Senado Federal e secretário da comissão executiva, o projeto foi executado pelo escultor italiano Carlo Nicoli, vice-consul brasileiro em Carrara. A montagem coube ao engenheiro Antonio Augusto Machado, e a fiscalização ao engenheiro Alexandre Freire Maia Bittencourt, responsável pelas obras públicas, tendo como auxiliar o artista Thomaz Pereira Palma. As diversas peças foram todas produzidas na Itália: as estátuas, colunas e candelabros em Pistóia, as águias em Roma, os mosaicos em Pietrasanta (REVISTA, 1895, p. 231-241, passim).

O monumento compõe-se de uma coluna em bronze da ordem coríntia, assentada em pedestal de mármore de Carrara, sustentando a figura de um índio, armado com arco e flecha, medindo 4,11 metros. Encostadas ao pedestal superior, figuram, de um lado, a estátua de uma mulher envolta em bandeira, representando a Bahia proclamando a liberdade; do outro, a estátua de Catharina Paraguassu, portando, numa mão, arma em posição de defesa e, na outra, escudo com o lema Independência ou Morte.

O pedestal inferior sustenta nos quatro cantos colunas da ordem toscana, sobre as quais foram fixados troféus de armas e objetos indígenas. O monumento abrigava ainda, dentre as principais alegorias, duas colossais estátuas representando os rios São Francisco e Paraguaçu; quatro gigantescos leões quebrando correntes e pisando sobre armas e escudos; as armas da república e da cidade, além de oito candelabros, com sete metros de altura cada, para iluminação a gás.

Nota-se, assim, como a concepção de Manoel Vitorino privilegiou os símbolos nacionais introduzidos pela recém-proclamada República, a exemplo das bandeiras e lemas, e ainda a tradição nativista, inspirada no romantismo que se afirmava localmente, principalmente na literatura. Evidencia-se aí mais um aspecto da amplitude e complexidade do processo de transição, que, no campo estético, ao mesmo tempo em que engendrava a passagem do Barroco ao Neoclássico, incorporava, simultaneamente, os efeitos da mudança que nos grandes centros europeus já assinalava a transição do Neoclássico ao Romantismo.

O desejado distanciamento da tradição portuguesa se expressou através da figura e-leita como símbolo nacional, o índio - cuja imagem, de resto, já fora objeto de revisão no mundo ocidental desde a apresentação da teoria do *bon sauvage*, pelo pensador Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII. Localmente, as figuras do Caboclo e da Cabocla já haviam se consagrado como conjunto-símbolo da Independência da Bahia, nos desfiles rememorativos do 2 de Julho, a partir, respectivamente, de 1826 e 1846 (FLEXOR, 1999c, p. 1).

Já na execução formal, Carlo Nicoli privilegiou a estética neoclássica que se afirmara na corte napoleônica e no restante do mundo ocidental, avivando a monumentalidade da obra com elementos típicos, a exemplo das colunas (no estilo de duas das três ordens arquitetônicas gregas clássicas, a coríntia e a toscana), executadas com materiais também utilizados na escultura clássica, como o mármore e o bronze.

Além das numerosas inscrições rememorativas dos heróis e das lutas pela Independência da Bahia, três lemas sobressaiam no monumento: o da Revolução Francesa, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade"; o da Independência do Brasil, "Independência ou Morte" e o do Positivismo e da República, "Ordem e Progresso".

Foi dessa forma que os baianos inscreveram no mármore e no bronze as representações simbólicas da sua capacidade bélica e da gênese da nacionalidade brasileira. O resultado final patenteou as influências políticas e estéticas que se afirmavam então na Europa e encontravam ampla ressonância na Bahia. Nos seus conteúdos, dimensões e conformação estética, o monumento patriótico rendia, inequivocamente, uma homenagem à fonte maior de inspiração política e estética da sociedade local naquela época: a França.

### 1.3 OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Em conformidade com os novos ideais de progresso e higiene, um grande elenco de obras, voltadas à estruturação dos serviços públicos, foi concebido e executado em Salva-

dor ao longo do século XIX. Dentre outros serviços, a cidade passou a contar com calçamento em muitas ruas a partir de 1850, iluminação a gás em 1862, serviço de limpeza em 1865, linhas de bondes desde 1869, matadouro municipal a partir de 1876, além de cemitérios (FLEXOR, 1999, p. 2-3). Aqui, serão enfocados os serviços nas áreas de transportes e higiene, para fins de análise do processo de transformação das mentalidades.

O poder público lidera o processo de implantação e melhoria da infra-estrutura, mas as dificuldades do erário demandaram o engajamento do capital particular. Forma-se uma sólida parceria em torno de interesses de parte a parte, tendo como propósito comum modernizar a cidade, alçando-a a um patamar compatível com os novos padrões urbanísticos das capitais européias.

Os aportes dos negociantes baianos e de capitais ingleses e franceses, através dos bancos sediados em Salvador, viabilizaram as obras. Os estrangeiros disponibilizavam, assim, o capital acumulado pelas grandes potências emergentes, beneficiárias da Revolução Industrial, com vistas à ampliação desses mesmos capitais – já que as obras exigiram a importação de produtos e tecnologias da indústria européia, a exemplo de ferro, locomotivas, carvão e artefatos diversos.

A modernização dos serviços guarda estreita relação com o processo de extinção da escravidão. Até então, tanto os serviços particulares (residenciais e comerciais), quanto os de utilidade pública eram executados pela massa de escravos urbanos ou pelos escravos rurais que, nas entressafras, serviam às residências de seus senhores em Salvador. Como observou o arquiteto Nestor Goulart Reis Filho (1968, p. 158),

Podemos, porém, de modo sumário, resumir o relêvo que apresentavam para a vida urbana, dizendo que, no seu conjunto, substituíam tôda uma série de serviços públicos, desde o abastecimento de água, transporte de pessoas e cargas, iluminação, abastecimento em geral, serviços de esgoto, etc., e não será dizer demais que enquanto durou no Brasil o sistema servil, praticamente não se desenvolveram esses aspectos que conservaram por longo período seu caráter primitivo.

Liberado progressivamente dos serviços forçados, com o advento das leis que determinaram o fim do tráfico (1850); a libertação dos filhos de mães escravas (1871); a libertação dos escravos maiores de 65 anos (1885) e finalmente a abolição da escravatura (1888), parte desse contingente humano é incorporado às obras ou à operação dos serviços públicos implantados no decorrer dos Oitocentos.

Mas, enquanto as idéias abolicionistas não tomaram corpo, a utilização da mão-de-obra escravizada se fez em larga medida. No que se refere aos transportes, a massa escrava cumpria o papel de força animal, a fim de viabilizar os deslocamentos dos seus senhores. As cadeirinhas de arruar (Fig. 22), fixaram-se como imagem marcante da cidade, naquela época, para os estrangeiros que a visitaram.



Figura 22  
CADEIRA DE ARRUAR  
Bahia, século XVIII-XIX  
Museu de Arte da Bahia

A utilização daquele estranho meio de transporte espantava os viajantes, como o arquiduque da Áustria, Maximiliano de Habsburgo (1982, p. 80), que visitou a cidade em 1860:

Abstraindo-se o fato de tratar-se de um meio de locomoção, todo o conjunto parece muito burlesco. Dois negros robustos, *horribile dictu*, de libré pesada, antediluviana, a carapinha metida num chapéu alto, de couro preto-azeviche, enfeitado com um laço colorido, carregam a cadeira portátil. Num passo miúdo e rápido, andam descalços, pois esse é o estigma do homem animal. Com o auxílio de um varal, levam sobre os ombros a liteira, que pende para o chão, protegida por todos os lados por uma cortina azul-ferrete, de debrum dourado. Vendo-se o imponente veículo aproximar-se, poder-se-ia supor que se carrega algo sagrado sob esse reposteiro flutuante e misterioso. Mas de repente, o vento atravessa, rápido, entreabindo a cortina e deixando ver a abanar-se com um leque um senhor gordo, obeso, metido numa sobrecasaca e de chapéu. Compreendemos, então, que algo menos sagrado é a razão de estarem banhados de suor os dois negros uniformizados.

No contexto já influenciado pelo abolicionismo, os baianos passam a se locomover em carruagens puxadas por animais. Na edição do *Jornal da Bahia* de 5 de junho de 1860, o proprietário de um desses veículos anuncia que "vende um de duas rodas, com arreios e cavallo J. Padauye ferrador francez". O transporte coletivo tem início nessa época, com os bondes de tração animal (Fig. 23).

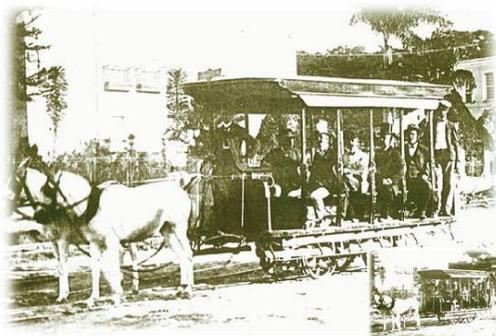


Figura 23  
BONDE DE TRAÇÃO ANIMAL  
Bahia, final do século XIX

No final do século a população já se locomove através de bondes de tração motora, transitando sobre linhas férreas que interligam progressivamente diversos pontos da cidade. Destaca-se a ação do comerciante Antônio de Lacerda, que ao implantar um ousado engenho tecnológico, ligando a Cidade Alta à Cidade Baixa (Fig. 24), em 1873, insere na paisagem urbana de Salvador um marco concreto e simbólico da capacidade de resposta dos baianos aos desafios da civilização. Em 1889 é inaugurado outro ascensor, o Plano Inclinado Gonçalves (Fig. 25).



Figura 24  
ELEVADOR LACERDA  
Inaugurado em 1873  
Bahia: velhas fotografias

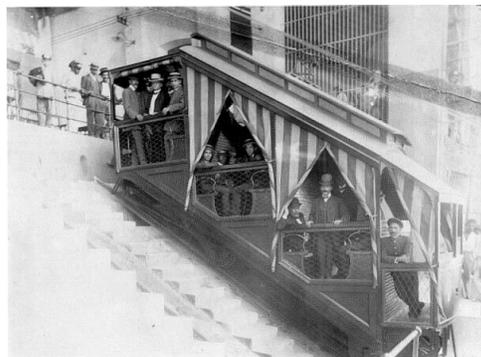


Figura 25  
PLANO INCLINADO GONÇALVES  
Inaugurado em 1889

Na segunda metade do século, a presença do Elevador Lacerda na paisagem da Cidade Baixa não passaria despercebida aos viajantes, como o britânico Henry Knight (apud VERGER, 1999, p. 25). Apesar da banalização com que trata o empreendimento, seu relato introduz um fato novo: em vez da cadeirinha de arruar, imagem tradicional nos relatos dos estrangeiros, destaca-se agora a de um avanço tecnológico.

Do mar pode-se perceber uma torre de aspecto imponente, construída da cidade baixa a cidade alta, ao longo da encosta e terminando no alto por uma larga plataforma. É o ele-

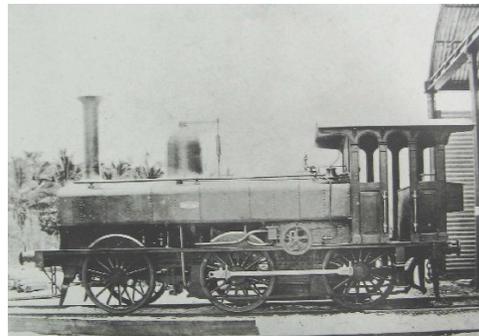
vador ou *parafuso* como é chamado aqui. Não é nada mais que nossos elevadores hidráulicos domésticos em tamanho maior. Apanhamos nossos tickets e entramos em uma espécie de jaula de leão, onde sentamos perto de algumas destas maravilhosas negras majestosas que fazem a reputação da Bahia, e de alguns cavalheiros obscuros fumando enormes charutos.

A contiguidade física entre representantes de raças e classes sociais distintas, como experimentado pelo britânico, foi uma das mudanças comportamentais introduzidas como decorrência da modernização dos meios de transporte. Pode-se afirmar que a situação, nessa esfera, passou de uma rígida verticalização hierárquica, em que a elite, acima, era carregada por escravos, abaixo, para uma horizontalização, em que todos ocupavam assentos no mesmo nível, e eram conduzidos indistintamente pelo progresso tecnológico.

A substituição da mão-de-obra escrava pela tecnologia veio demonstrar também, na prática, o potencial de benefícios que o progresso poderia oferecer, no provimento das necessidades de uma população que triplicara. O bonde viabilizou a circulação numa cidade que se expandia, propiciando a integração entre os diversos núcleos urbanos, antigos e novos. Modificou, também, as noções de espaço, tempo e de velocidade, no que se refere à experiência de cumprir percursos na cidade.

Em 1890 encontravam-se interligados a Cidade Alta, a Cidade Baixa e aglomerados surgidos no entorno e arrabaldes, através de linhas que atendiam ao Campo Santo (Federação), Campo Grande, Canela, Vitória, Graça, Piedade, rua de Baixo de São Bento (Carlos Gomes), Largo do Teatro, Barroquinha, rua Direita do Palácio, Praça do Palácio, Terreiro de Jesus, Nazaré, Fonte Nova, Dique do Tororó, Conceição da Praia, Comércio, Calçada, Bonfim, Ribeira de Itapagipe, Soledade, Quinta dos Lázarus e Retiro (FLEXOR, 2003, p. 5-7).

O capital e a tecnologia ingleses também viabilizaram uma nova forma de interligação com o interior da Província, através da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. Na Calçada se instalou a primeira estação ferroviária da Bahia e terceira do Brasil (Fig. 26), onde a população pôde conhecer e utilizar a locomotiva (Fig. 27). Os registros visuais são do fotógrafo de origem inglesa Benjamin R. Mulock, que atuou na Bahia, entre 1858 e 1861, a serviço da firma construtora, a Bahia and San Francisco Railway, sediada em Salvador.



Figuras 26 e 27  
 ESTAÇÃO E LOCOMOTIVA DA BAHIA AND SAN FRANCISCO RAILWAY  
 Benjamin R. Mullock, 1861  
 Bahia: velhas fotografias

Ao lado da cadeira de arruar, o aspecto de imundície fixara-se igualmente como uma espécie de marca visual da cidade, transmitida à posteridade pelos numerosos relatos dos viajantes estrangeiros ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nos espaços públicos e privados de então, desprovidos de qualquer sistema de esgotamento sanitário, os hábitos higiênicos, quando muito, giravam em torno de peças domésticas, como as seguintes, importadas do Oriente, durante o comércio ultramarino português (Figs. 28 e 29).



Figura 28  
 BIDÉ  
 Louça chinesa, dinastia Qing, Japing  
 Museu de Arte da Bahia



Figura 29  
 ESCARRADEIRAS  
 Louça chinesa, dinastia Qing, Daouguang ou Xianfeng  
 Museu de Arte da Bahia

Dentre as peças destinadas à higiene no interior doméstico, a de maior uso era o “pot de chambre”, ou urinol, como relatou Gilberto Freyre (1951):

[...] esses urinóis às vezes grandes chamados ‘capitães’, outras vezes de louça, muito bonitos, cor de rosa com enfeites dourados – alguns até de ouro, onde as mulheres - contam as pessoas velhas - se sentam fumando e conversando, nas suas camarinhas [...] Alguns mais comodistas tinham na alcova poltronas especiais, furadas no meio do

assento, por baixo do qual ficava o urinol. [...] O grosso do pessoal da cidade defecava no mato, nas ruas, no fundo dos quintais, ao pé dos muros e até nas praças. Lugares que estavam sempre melados de excremento ainda fresco.

Nos estudos que desenvolveu sobre a higiene em Salvador nos séculos XVIII e XIX, a historiadora Maria Vidal de Negreiros Camargo (1985, p. 99) relata as difíceis circunstâncias em que se viam a população e o poder público, para escapar à imundície urbana. Assim, na sessão de 21 de agosto de 1830, a Câmara de Vereadores determinava que

Todo despejo imundo das casas que não tiverem cloacas será levado ao mar em vazilhames de pau, cobertos, somente depois das 8 horas da noite. Os que forem apanhados antes da hora marcada, ou fazendo os despejos nas ruas ou outros lugares públicos serão incursos na pena de 2 mil réis ou 2 dias de prisão. Os senhores responderão por seus escravos.

Com propriedade, a autora demonstra o quão inócua era tal medida, face à inexistência de condições concretas para ser posta em prática:

Ora, seria muito otimismo da parte da Câmara contar com o cumprimento de tal postura. Para os moradores da Cidade Baixa talvez não fosse tão difícil; mas pode-se imaginar o que não representaria para os de Santo Antônio Além do Carmo, Nazaré, ou de qualquer outro ponto da Cidade Alta, sair com os tais "tigres" (assim se chamavam as vasilhas), depois das 8 horas da noite, numa cidade mal iluminada, ir despejá-los no mar e subir as ladeiras de volta... E nas noites chuvosas? Seria muita ingenuidade esperar que eles não fossem despejados no primeiro canto que parecesse mais fácil. E não se deve esquecer que a maioria das casas não possuía cloacas (Idem, p. 100).

Restritos, inicialmente, a alguns comportamentos privados, os esforços por se enquadrar nos padrões de assepsia europeus entraram na pauta de discussões da sociedade local nos Oitocentos. O primado da higiene ecoava nos discursos médicos, como atestam as teses da Faculdade de Medicina<sup>5</sup>, onde se implantou um Laboratório de Higiene, em 1888, nos conteúdos da imprensa local e, ainda, nas medidas adotadas pelo poder público para transformar os hábitos da população, na tentativa de livrar a cidade de uma imagem indesejável.

As iniciativas oficiais, entretanto, se revelavam de difícil execução na esfera em que deveria se dar a transformação: a mentalidade e os costumes dos indivíduos e da coletivi-

---

<sup>5</sup> Dentre outras, "Higiene Escolar", de Agnello Geraque Collet (1855); "Higiene Internacional, suas aplicações contra o cholera morbus e a febre amarela", de Cypriano José dos Santos (1855) e "Casamentos ilegítimos diante da hygiene", de Ignacio Luiz de Verçosa Pimentel (1864).

dade. O relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Presidente da Província, Gonçalves Martins (1870a, p. 31), em 1870, atesta a longa distância que havia entre querer mudar e mudar. O documento expõe sem reservas as dificuldades encontradas para implementar os novos serviços de limpeza, constituindo-se numa demonstração cabal de que a inércia, força histórica capital, atua mais sobre o espírito do que sobre a matéria.

A população habituada a fazer seus despejos à porta, naturalmente reage contra os hábitos em que tem estado, sem lembrar-se dos sacrifícios dos que pagam os impostos [...] o empresário combate serios embaraços procedentes dos hábitos da população, e do desleixo dos encarregados de velar imediatamente na execução das posturas...

Observe-se que não se tratava ainda da instalação de esgotos, embora já se tivesse iniciado em Salvador um moroso processo para a implantação de uma rede de esgotamento sanitário, através de uma "empresa de canalização do escoamento das materias escrementicias, urinarias e agoas servidas, pelo systema adoptado em Londres, Rio de Janeiro e Pernambuco" (Idem, p. 22).

A estrutura da limpeza urbana em Salvador, em 1870, abrangia 41 carroças puxadas a animais e ferramentas como enxadas e pás, além de um corpo de carroceiros e varredores envolvidos na "ardua comissão em que se empregam durante a noite, que perdem, expostos ao sereno e á chuva" para a realização do serviço nas freguesias da Sé, S. Pedro, Sant'Anna, Rua do Paço, Santo Antonio, Pilar e Conceição da Praia (Idem, anexo, p. 6-7).

A manutenção de 47 animais era um dos aspectos mais onerosos e problemáticos, exigindo, para o suprimento de capim, a compra de feixes e o arrendamento regular de pastagens de fazendas como as do Engenho Orobó, em Cachoeira, no Recôncavo, onde eram mantidos 14 trabalhadores rurais.

No anexo do relatório, que traz a prestação de contas do empresário José Antonio da Costa Guimarães, este alude aos esforços empreendidos para o convencimento da população, uma espécie de ação educativa. "A poder de immensa perservança minha, de amuncios continuados, de dous empregados especiaes, que tenho pelas portas, a população principia a convencer-se do dever em que está de auxiliar a acção do Governo na limpeza e sanificação d' esta Cidade" (Idem, p. 8).

O serviço, que fora arrematado a Costa Guimarães, desde 1865, entretanto, era considerado insatisfatório. Face à gravidade da situação, o Governo provincial resolve transferi-lo,

em 1870 à responsabilidade do Chefe de Polícia, Limpeza e Aceio, que também não conseguiu equacionar o problema, já que naquele mesmo ano contratou outro arrematante, Antonio Joaquim Cardoso de Castro (MARTINS, 1870a, p. 26; 1870b, p.13).

Em 1876, as Conferências Populares, iniciadas no ano anterior, pelo Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, com o intuito de levar o conhecimento científico às classes populares, incluíram, sob a coordenação do Dr. Luiz Alvares dos Santos, um “Curso Popular de Higiene Pública e Privada”, para difundir as novas leis de higiene, aplicadas na Europa e Estados Unidos nos campos da saúde pública e profissional – esta direcionada a “artistas e chefes de estabelecimentos industriais” (CORREIO DA BAHIA, 15 de março de 1876, *passim*).

O conferencista, além de inspetor de saúde pública, era professor de botânica e zoologia, no Lyceu Provincial, e lente catedrático de terapêutica e matéria médica na Faculdade de Medicina, centro de irradiação do ideário científico e higienista na Bahia do século XIX. Um dado importante do seu currículo é que havia visitado, pouco antes, durante viagem à Europa, as ruínas de Pompéia e as termas de banhos em Budapeste.

O curso difundiu os métodos pregados por Dalton, professor em New York; Cornil, professor na Faculdade de Paris; Maxime Vernois, e ainda o programa adotado pelo Ministério de Instrução Pública nas escolas secundárias da França. Os conteúdos reportaram-se às condições de clima e topografia de Salvador, com vistas a “estabelecer os principios geraes de hygiene publica, que tem sido aceitos em muitos povos de Europa, que vão penetrando já entre nós, devendo estender-se cada vez mais com os progressos da civilização”.

Ecoando a tendência de revalorização da Antiguidade, que dominava a Europa, o palestrante discorreu sobre as prescrições sanitárias entre os antigos hebreus, a higiene entre os gregos e romanos e as ruínas dos banhos de Nero, Agripina, Diocleciano, Tito e Trajano. Destacou, em especial, o cuidado dos romanos, “o povo-rei”, notadamente de Julio Cezar e Augusto, com a sanificação das chamadas “lagoas pontinas”.

Contrapôs a esses exemplos o descuido de Salvador com as lagoas, o dique e os tanques do Engenho da Conceição, e com a limpeza e regularização dos rios Lucaia e Camurugipe. Pregou ainda a necessidade de se criar um matadouro para os carneiros e porcos, a fim de possibilitar aos médicos da Faculdade de Medicina a análise dos órgãos digestivos, e a partir daí, avaliar as condições de água e solo, como fizeram os romanos.

Na primeira metade do século, não somente a destinação dos dejetos animais e humanos era uma questão problemática em Salvador. A sessão da Câmara de 21 de agosto de 1830 registra que, àquela época, também cadáveres eram atirados às ruas:

Ninguém conservará exposto na frente de sua casa animal morto, pena de 4 mil réis ou 4 dias de prisão (...). Sendo o corpo humano lançado nas ruas, praças ou adros das igrejas, será condenado o que aí o houver lançado ou mandado lançar, em 30 mil réis e 8 dias de prisão" (CAMARGO, 1985, p. 99).

Até então, a cidade praticamente não possuía cemitérios, à exceção de um situado no Campo da Pólvora, para os indigentes e escravos, e um de soldados, no terreno contíguo à capelinha de Santo Amaro da Mouraria, em quadra privativa de militares. A Igreja difundira o hábito católico português de enterrar os mortos em campas, nos chãos das igrejas (RUY, 2002, p. 201-202).

Com a disseminação do discurso higienista é que se iniciam as contestações a esta prática. A conscientização culminaria na proibição dos enterros nas igrejas, decretada pela Assembléia Provincial em 25 de julho de 1834. Em 1836 o governo concede a um particular a concessão para construir cemitérios e explorá-los por um prazo de 20 anos (Idem, p. 201).

O primeiro, levantado num morro da antiga estrada do Rio Vermelho (atual Campo Santo), foi inaugurado a 23 de outubro de 1836. Dias depois da inauguração, seria depredado por uma revolta popular liderada por irmandades e confrarias, no episódio que ficou conhecido por Cemiterada (Idem, p. 202). A Lei não foi revogada, mas somente após a ocorrência do *colera morbus*, em 1855, é que a sociedade baiana finalmente passou a enterrar seus mortos em cemitérios, como o do Campo Santo (Fig. 30).

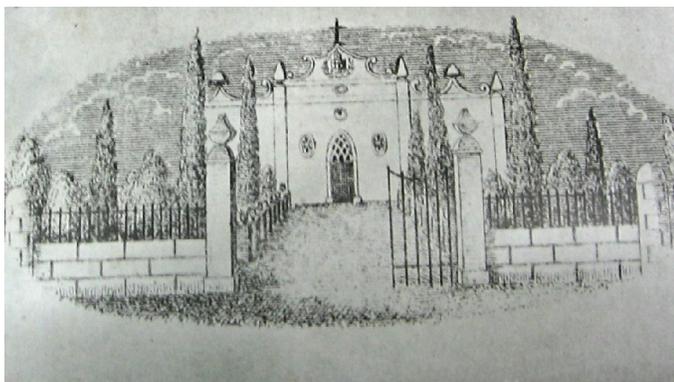


Figura 30  
Cemitério do Campo Santo, 1871  
Voltaire Fraga / A Bahia de Castro Alves

A partir de 1860, os recintos católicos foram utilizados apenas para ossuário (Figs. 31 e 32), exceção ao sepultamento dos religiosos, e obedecidos os princípios de salubridade. Pode-se apontar nessa mudança, grandemente ensejada pela epidemia de cólera, uma vitória do discurso higienista sobre a herança da mentalidade católica portuguesa, sinalizando a substituição da influência dos padres pela dos médicos na ordenação da vida cotidiana.



Figuras 31 e 32  
LÁPIDES E OSSUÁRIO  
Ordem Terceira de São Francisco

Ainda em 1876, no relatório apresentado à Assembléia Legislativa, o Presidente da Província, desembargador Luis Antonio da Silva Nunes (1876, p. 4), constatava que "o estado da Capital, no que se refere a aceio, é realmente lamentável, depondo altamente contra a civilização da segunda cidade do Império". Em relação ao sepultamento de cadáveres, entretanto, informava que, no ano anterior, já 3.143 já haviam sido enterrados nos cemitérios do Campo Santo, Quinta dos Lázaros e do Bom Jesus, este localizado na roça de Massaranduba.

No relatório do ano seguinte, o Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena (1877, p. 53), registra uma informação que demonstra a resistência que parte da população ainda opunha às mudanças. Através do Inspetor de Saúde Pública, ele tomara conhecimento de que "na villa de Itaparica, apesar de haver cemiterio nas melhores condições, fazião-se inhumações na Igreja de S. Lourenço, no centro do povoado". Expediu, então, "as mais terminantes ordens para que cessassem, sollicitando ao mesmo tempo do Revd. Capitular que cassasse a licença que, para esse fim, fóra de'elle obtida ob e subrepticamente".

#### 1.4 A VIDA SOCIAL E CULTURAL

Na noite quente, a carruagem ligeira de quatro rodas estanca no largo debruçado sobre o mar, em frente ao imponente prédio iluminado. Descem das almofadas o cavalheiro,

em distinta casaca azul, seguido da dama em vestido de tafetá verde-garrafa, o colo realçado por diamantes. O condutor, um negro jovem, leva o veículo até a cocheira próxima. O cavalheiro consulta o relógio, preso à algibeira por corrente de ouro, e o casal adentra o prédio, para uma memorável noite de ópera no Teatro São João.

No interior, os olfatos se inebriam com a mistura de fragrâncias, a visão se regala com a miríade de cores dos trajes e com a cintilação das jóias. A troca de cumprimentos e lisonjas produz um burburinho discreto. O público adquire a brochura com a tradução, e se acomoda nas cadeiras numeradas. Soa o sinal, e pouco depois a companhia lírica inicia a apresentação, brindando os ouvidos com as notas da *ouverture* de uma peça famosa. Sobe o pano de cena, suavemente.

Cônsules, políticos, desembargadores, advogados, militares, médicos, comerciantes, pintores, donos de jornais, filhos de senhores de engenho, estudantes de Medicina da Bahia e estudantes de Direito de Recife, São Paulo e Coimbra se destacam entre os presentes. Alguns raros *connaisseurs*, dentre eles um visitante estrangeiro, puxam aplausos em alguns momentos. Damas agitam os leques, outras sacam os binóculos para conferir detalhes do palco, frisas, camarotes, platéia e galeria.

Nos intervalos, alguns degustam, no terraço com magnífica vista para a Baía de Todos os Santos, guloseimas servidas pelo Café Restaurant, outros comentam a cotação do açúcar, as obras de uma nova linha de bonde, o desembarque de um grande carregamento de bebidas no porto. Outros ainda, burlando a vigilância atenta, ousam olhares e até carícias furtivas.

Recomeça a apresentação. Aos últimos acordes, uma explosão de aplausos, acompanhada de um frenético bater de pés, ecoa em todo o prédio, anunciando o encerramento de mais um momento marcante na vida social e cultural de Salvador.

Essa fictícia festa para os sentidos pode não distar muito da realidade de uma noite de gala no maior teatro de Salvador no século XIX, a julgar pelo que informam os registros históricos. Ainda com base nestes, não é despropositado imaginar que era de origem estrangeira, provavelmente inglesa ou francesa, a maioria dos itens: a carruagem (assim como o trote do cavalo), a casaca (também as meias e os sapatos), o vestido, o relógio, as fragrâncias, as guloseimas, os binóculos; ao passo que a companhia e repertório líricos deveriam ser, provavelmente, italianos.

No decorrer do século XIX, as formas de sociabilidade adotadas pela elite de Salvador refletiram grandemente o interesse e empenho em engajar-se aos modelos de mundanidade europeus, reproduzidos na Corte do Rio de Janeiro. O afã em "civilizar-se", que se instalava nas mentalidades, representou um elemento fundamental para o êxito da estratégia expansionista da indústria europeia e da sua aceitação pelo mercado consumidor local.

Tornaram-se frequentes, a partir de então, entre as ricas famílias baianas, os costumes de atualizar-se na Europa, em viagens de estudo ou passeio - tomar "banhos de civilização", como se dizia -, realizar saraus, praticar a oratória, ir ao teatro e cultivar o gosto pela ópera, equitação, remo e *pic nics*.

Também o ambiente doméstico foi alterado, com a introdução de mudanças nos padrões de consumo, que ampliaram a presença de artigos das indústrias francesa e inglesa na decoração, cardápio alimentar e utensílios. Louças (Fig. 33), talheres e mobílias importados atendiam, além das funções utilitárias, às necessidades de ostentação social e também de sinalização da adesão aos modismos estrangeiros.



Figura 33  
PRATOS E XICARAS DE CAFÉ  
Porcelana francesa, Sévres, século XIX  
Decorada com cenas da vida de Napoleão  
Museu de Arte da Bahia

Atraídos pelo sabor da novidade, os baianos acrescentaram à sua dieta alimentar, por exemplo, presuntos, ervilhas, chá preto e cervejas inglesas (FREYRE, 1977, p. 144, 173). Quando o sorvete desembarcou na acalorada cidade, mereceu ampla divulgação. Os anúncios na imprensa ofereciam a novidade gastronômica no Café-Restaurant, no interior do Teatro São João, ou mesmo em casa, a fim de satisfazer a curiosidade da clientela:

No Café Restaurant no largo do Theatro, por cima da cocheira, há sorvetes todos os dias, de varias qualidades; manda nas casas particulares porções de 10 para cima e muito bem conservadas em catimploras pequenas, que fez preparar para este fim: continua a ter sala reservada e muito fresca para familias tomarem sorvetes com a entrada muito

particular. Também manda no teatro nas noites de espetáculos bandejas de quatro sorvetes para cima (JORNAL DA BAHIA, jun. 1860).

O modelo importado passa a ditar, igualmente, a apresentação pessoal, através da indumentária, adornos e perfumaria. Três obras do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia<sup>6</sup>, representando mulheres da época (Fig. 34), deixam perceber o quanto as francesas influenciaram a imagem feminina.



Figura 34  
MULHERES BAIANAS DO SÉCULO XIX  
Autores desconhecidos  
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Um anúncio da segunda metade do século, intitulado "Para 2 de Julho", apregoava, a pouco mais de três semanas do evento comemorativo da Independência da Bahia, o que os comerciantes ofereciam às mulheres baianas para bem se apresentarem na festividade cívica:

Ricos cortes de vestidos de seda de gosto chinês, dictos de foulard de duas saias ricamente matizados, lindas sedas a bayadere, dictas de quadrinhos, thalmas grandes de velludo e de nobreza, manteletes de renda guipire, fichus de renda directamente guarnecidos de guipire, dictos de cassa, camisinhas e manguitas de cassa, um variado sortimento de cassas: sendo brancas, francezas, dictas pintadas em cortes, lisos e de babados, de duas saias, brancos bordados, arminho branco verdadeiro para vestidos ricos etc. etc. (JORNAL DA BAHIA, 8 jun. 1860).

Eram frequentes, nos anúncios de importados, as referências à origem estrangeira dos produtos e/ou dos comerciantes, com destaque para os sobrenomes e expressões como "à Paris". A utilização desse recurso atesta o apelo produzido por tudo o que fosse estrangeiro nas mentalidades do público consumidor, como se pode verificar nesses anúncios

<sup>6</sup> As retratadas, à esquerda e ao centro, são D. Francisca de Assis Viana Moniz Barreto de Aragão e a baronesa de Jaguaripe; a terceira não é identificada.

de peças do vestuário masculino e feminino (Figs. 35 e 36). O primeiro é de um alfaiate da Casa Imperial e exibe os símbolos do Império. O segundo, presumidamente, é da sua nora.



Figuras 35 e 36  
ANÚNCIOS DE PEÇAS DE VESTUÁRIO MASCULINO E FEMININO  
Correio da Bahia, 18 de janeiro de 1876

As recepções nas residências particulares tornam-se frequentes, e as solenidades oficiais pontificam como efemérides marcantes na vida da cidade. A visita de D. Pedro II, em 1859, por exemplo, possibilita à elite local, que contribuiu para a recepção no Palácio do Governo, exibir o que de melhor importara para suas residências particulares, além das habilidades na arte de receber e da reprodução de produtos artísticos consoantes com as tendências européias. O Jornal da Bahia transmitia a portentosa festa a seus leitores na edição de 19 de novembro:

A sala da ceia imperial, ricamente preparada, continha uma mesa esplêndida, digna dos que a ofereceram. O serviço era rico, notando-se um belo faqueiro de prata dourado e um aparelho completo de chá de prata com relevo à buril dourado na parte interna. No centro da mesa havia entre muitos objetos de gosto uma grande fruteira de bronze, onde ostentava-se grande variedade de belas frutas; nos dois lados delas havia duas ricas cestas – com flores mimosas, feitas de papel de ouro. É o que temos visto de melhor neste gênero, um verdadeiro primor de delicadeza e arte... A louça era de porcelana francesa fina, à imitação de Sèvres. Nos aparadores havia bandejas cheias de diversas frutas, também de muita arte e delicadeza, outras com foguetes guarnecidos de garrafas, etc. As janelas eram guarnecidas de cortinas transparentes com enfeites de sêda verde e amarelo. A toilette Imperial estava ricamente decorada. Tinha um grande espelho de pau-cetim em frente da porta: sobre consólos colocaram jarras de flores e um jarro e bacia de prata com água. O toilette era elegante, tinha todos os pertences necessários para qualquer eventualidade. Além disso achava-se ornado por uma bela figura representando a célebre trágica Raquel, no papel de Fedra: uma caixa toda de sândalo gravado e belos frascos de cristal da Boêmia. O divã era de damasco azul. (JORNAL DA BAHIA, nov. 1959)

Data dessa época a incorporação de numerosos termos estrangeiros ao vocabulário. Na obra "A francesia baiana de antanho", o antropólogo Thales de Azevedo (1985) relaciona as muitas expressões francesas que invadiram o linguajar cotidiano a partir de então, como *abajour, bidet, tournée, valise, étagère, petit-pois, toilette, soirée, pic-nic, bouquet*. As cores ganham novas denominações, como *bege, salmon, grenat, lilás*.

Na Biblioteca Pública, ainda na primeira metade do século XIX, o comerciante francês Louis François de Tollenare (1908, p. 83), ao observar a relação de 4 mil volumes, observou que "é assaz lisonjeiro para um francez verificar que pelo menos 3.000 volumes são escriptos em sua lingua", identificando, neste total, "todos os bons classicos, desde o seculo de Luiz XIV até os nossos dias".

No final do século, as dotações governamentais para a Biblioteca Publica continuavam a priorizar o interesse maior de compatibilização com o moderno padrão das sociedades civilizadas. Em 1870 o Presidente da Província, Gonçalves Martins (1870, p. 27), registrou, em seu relatório anual, a disposição em "elevar essa civilizadora Instituição ao grau de esplendor e desenvolvimento, exigidos pelas aspirações da sociedade moderna".

As livrarias, localizadas na Cidade Baixa e Cidade Alta, atendiam aos interesses de públicos de diferentes mentalidades - desde os que cultivavam a religiosidade católica portuguesa até os que buscavam as novidades de Paris e Londres. Ofereciam "folhinhas" de rezas, o "Mês de Maria", o "Compêndio da Doutrina Cristã", a "História do Velho e Novo Testamento", obras portuguesas, como o Código Comercial ou o romance histórico "Marquês de Pombal", mas também as traduções da "História do Consulado e do Império", de A. Thiers, "O Conde de Monte Cristo", de Alexandre Dumas, os romances de Walter Scott e "Os mistérios de Londres", de Sir Francis Trolopp (VERGER, 1999, p. 171-172).

Na produção literária local destacou-se, inicialmente, a poesia sentimental de inspiração portuguesa, além de alguma produção satírica. Predominaram depois as influências do Romantismo francês e inglês nas poesias lírica e de caráter social. A produção local deixa perceber como são mundos diferentes os que emergem da obra de cada autor, evidenciando as múltiplas sensibilidades daquele período de transição.

Evocando o fado, o tom langoroso das modinhas introduzidas pelos portugueses dominou a expressão literária e musical até a fase de oposição à presença lusitana, a partir das lutas pela Independência. Típico representante dessa vertente sentimental foi Domingos Borges de Barros (1779-1855), o Visconde de Pedra Branca

Dono de terras no Recôncavo, diplomata e político com circulação em Coimbra e Paris, além de dedicado praticante das artes da galanteria, ele publicou em Paris, em 1825, a coletânea "Poesias oferecidas às senhoras brasileiras por um baiano" (COSTA, A., 1933, p. 388). A singeleza dos seus versos amorosos se adaptou perfeitamente às modinhas, como esta, identificada pela pesquisadora Anna Maria Kieffer (KIEFFER, 1996, p. 3).

Triste salgueiro  
Rama inclinada  
Folhagem pálida  
Sombra magoada

Aceite o nome  
Da minha amada

Da poesia satírica, se conhece os versos de José Lauro de Azevedo (1835-1892). Também pintor, químico e perfumista, ele publicou um romance e colaborou para quase todos os jornais satíricos do seu tempo, com criações como esta oitava (QUERINO, 1911, p. 95), que faz recordar a veia satírica do poeta seiscentista Gregório de Matos e Guerra:

Mundo de infamia e torpeza  
É este mundo que habito;  
Só valle nele a riqueza,  
Chore embora o pobre afflicto  
O trabalho sempre é mal pago  
O vício vence o pudor  
A honra não tem valor,  
Ter talento é ser maldito

Junqueira Freire (1832-1855) foi autor de uma poesia angustiada e conflituosa, típica do ultra-romantismo. Afrânio Peixoto (1927, p. 2-27) diz que ele "foi um menino, um rapaz, tonto como todos os outros, mais ainda extremado por doente e maxime pela sensibilidade desregrada do tempo, a do romantismo". A "intoxicação romântica", associou as idéias mais sagradas aos sentimentos mais profanos, inaugurando um novo perfil poético, que misturava, a um só tempo, "misticismo, erotismo, contradições, desesperos, desordens, rebeldias".

Tido, dentre os poetas da sua geração, como o mais ligado aos padrões do Neoclássicismo português<sup>7</sup> - a complexidade da sua mensagem, entretanto, sobrepunha-se à regularidade formal do sistema clássico, como, por exemplo, em "Desejo" (Idem, p. 6-7):

Se além do mundo esse inferno existe  
Essa patria de horrores,  
Onde habitam os tetricos tormentos  
As ineffaveis dores  
Se é de compacta, de infinita braza

<sup>7</sup> Escreveu um compêndio, "Elementos de retórica nacional", sobre a cadência medida da poesia.

O solo que se pisa,  
 Se é fogo, e fumo, e sulphur, e terrores  
 Tudo o que alli se visa;  
 Eu - que tenho pisado o collo altivo  
 De vária e muita dor;  
 Que tenho sempre das batalhas della  
 Surgido vencedor  
 Eu - que tenho arrostado imensas mortes  
 E que pareço eterno,  
 Eu quero de uma vez morrer p'ra sempre  
 Entrar enfim no inferno

Morto aos 24 anos por lesão decorrente de hipertrofia cardíaca, seu dilema existencial, fruto da decisão de ter abraçado, sem vocação, a vida clausural no Mosteiro de São Bento, se insinua, por exemplo, nos versos de "Saudade"<sup>8</sup>, da coletânea poética "Inspirações do Claustro", de 1854, dedicada a Frei Bento da Trindade Cortez:

Sim! para os claustros não nasceu tua alma.  
 Teu coração não te palpita - Monge.  
 Nem tão baixo teus ímpetos serpenteiam,  
 Que um cárcere os contente.

Nesse vasto palor que te orna a fronte,  
 - Sinal dos homens de profundo gênio,  
 Eu leio a grande e destemida idéia,  
 Que não cabe nos claustros.

Em Antônio de Castro Alves (1847-1871), a identificação com as idéias românticas, revolucionárias e liberais do século XIX gerou tanto poemas lírico-amorosos quanto uma poesia social engajada a grandes causas. Ele encarnou o romantismo na visceralidade com que enxergou e expressou a existência, na embriaguez de sentimentos e paixões, terminando por experimentar concretamente o drama da brevidade da vida, no enfrentamento de uma tuberculose que lhe venceu aos 24 anos.

A sua intensidade lírica está, por exemplo, no poema "Sub Tegmine Fagi", de 1870, dedicado a Mello Moraes, que viera à Bahia receber ordens sacras e desistira, tornando-se amigo do poeta (PEIXOTO, 1942, p. 82-83):

Quando penetro na floresta triste,  
 Qual pela ogiva gótica o antiste,  
 Que procura o Senhor,  
 Como bebem as aves peregrinas,  
 Nas ânforas de orvalho das boninas,  
 Eu bebo crença e amor!...

E à tarde, quando o sol - condor sangrento -  
 No ocidente se aninha sonolento,  
 Como a abelha na flor...

<sup>8</sup> Academia Brasileira de Letras ([www.abl.org.br](http://www.abl.org.br)), onde o poeta é patrono da cadeira 25.

E a luz da estrela trêmula se irmana  
Co'a a fogueira noturna da cabana,  
Que acendera o pastor,

A lua - traz um raio para os mares...  
A abelha - traz o mel... num treno aos lares  
Traz a rola a carpir...  
Também deixa o poeta a selva escura  
E traz alguma estrofe, que fulgura,  
Pra legar ao porvir!..

Vem! Do mundo leremos o problema  
Nas folhas da floresta, ou do poema,  
Nas trevas ou na luz...  
Não vês?... Do céu a cúpola azulada,  
Como uma taça sobre nós voltada,  
Lança a poesia à flux!...

As estrofes de exaltação à arte e à natureza levaram-no a ser comparado a expoentes da literatura romântica francesa, como Victor Hugo e Lamartine. Mas, sobretudo, seus versos épicos, grandiloquentes, que expuseram a crueldade da escravidão - como no seu poema mais famoso, "Navio Negreiro"<sup>9</sup> - é que tocaram as mentes e corações daquelas gerações, contribuindo para a consolidação de uma mentalidade abolicionista.

E existe um povo que a bandeira empresta  
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...  
E deixa-a transformar-se nessa festa  
Em manto impuro de bacante fria!...  
Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta,  
Que impudente na gávea tripudia?!...  
Silêncio!... Musa! Chora, chora tanto  
Que o pavilhão se lave no seu pranto...

A imprensa local - que editara "A Idade d'Ouro do Brasil" (1812-1823) anteriormente ao período enfocado aqui - registrava uma significativa oferta de jornais no ano de 1841. O Cônsul da França, M. Vallar (apud VERGER, 1999, p. 178-179), enumerou, dentre os periódicos em circulação, "O Monarquista", "O Athleta", "O Presente", "O Futuro", "O Constitucional", "A Gazeta Comercial" e "O Correio Mercantil". Os títulos refletiam tanto os engajamentos políticos quanto as preocupações de atualidade e progresso, além da importância conferida às atividades mercantis, em franca ascensão na cidade portuária.

A estes, Alfredo de Carvalho (1899, p. 397-407), na sua pesquisa sobre a imprensa baiana entre 1811 e 1899, acrescenta extensa relação, cujos títulos, na primeira metade do século, são emblemáticos do espírito nacionalista e liberal da época: "O Semanário Cívico", "Sentinella Bahiense", "O Liberal", "O Bahiano", "O Gaycuru", "O Tamoyo", "Echo da Liber-

<sup>9</sup> Academia Brasileira de Letras ([www.abl.org.br](http://www.abl.org.br)), onde o poeta é patrono da cadeira 7.

dade" e "Nova Sentinella da Liberdade". Outros três, denominados "A funda de David", "A massa de Hercules" e "Minerva Bahiense", indicam a revalorização da cultura clássica.

No estudo que realizou sobre o jornalismo na Bahia entre 1875 e 1960, Aloisio de Carvalho (1960, p. 17-27) lista, dentre os jornais que circularam no final do século XIX, os que expressam as novas correntes políticas, como "O Abolicionista", "O Republicano", "A República Federal", além de um de inspiração clássica, "O Pantheon", e aqueles de maior circulação e influência, todos evocando a identidade baiana, como o "Diário da Bahia", "Jornal da Bahia", "Correio da Bahia" e "Estado da Bahia", além do "Diário de Notícias".

As notícias estrangeiras eram publicadas com considerável atraso, evidenciando o estágio das comunicações na época e a defasagem com que os baianos acompanhavam os fatos e tendências internacionais. O Diário da Bahia de 7 de outubro de 1836, por exemplo, divulgava notícias veiculadas em Paris a 11 de junho, portanto quase quatro meses antes (DIÁRIO DA BAHIA, out. 1836).

É que, até o início da década de 70, as notícias chegavam do exterior por cartas, através dos pacotes. Com a introdução do cabo submarino, o telégrafo passa a realizar a tarefa. Em 1874 a agência telegráfica Reuter-Havas, que depois se denominaria France-Press, instalou no Rio de Janeiro a sua primeira sucursal (SODRÉ, 1977, p. 214,247).

A primeira agência da The Western Telegraph, sistema de comunicação por cabo submarino, instalou-se em Salvador em 1871 (TAVARES, 1987, p. 156). O desembarque do cabo submarino, trazido pelo vapor inglês Hooper, foi documentado em tela do pintor italiano Eduardo de Martino, que integra o acervo da Associação Comercial da Bahia (Fig. 37).



Figura 37  
DESEMBARQUE DO VAPOR HOOPER  
Eduardo de Martino, 1873  
Associação Comercial da Bahia

Com a adoção dos telegramas, a defasagem foi diminuindo. O Correio da Bahia publicava, na edição de 31 de maio de 1876, telegramas noticiosos emitidos de Londres, Paris,

Viena e Madri pela agência Havas-Heuter apenas uma semana antes (CORREIO DA BAHIA, maio 1876).

Na segunda metade do século a fotografia chega a Salvador. Sua difusão no Brasil, a partir do Rio de Janeiro, deve muito ao interesse do Imperador D. Pedro II pela arte fotográfica. A partir de então a sociedade baiana pôde contemplar a própria face, através de um engenho tecnológico, o daguerreótipo, que produzia o registro visual de ruas, edificações públicas, residências e tipos humanos da Bahia, aspectos ainda não captados pela pintura.

O daguerreótipo é introduzido no Brasil por viajantes estrangeiros. Em Salvador se instalam alguns pioneiros. O primeiro a se ter notícia é C. L. Micolai, em 1845. Em 1849, quando fecha a casa e coloca à venda os equipamentos, já estavam estabelecidos na cidade João Pereira Regis, Napoleão Bautz e João Gouston, além de Carlos Frederik e seu auxiliar Alexandre B. Weeks. (GRANDE SALVADOR, 1978, p. X-1).

Em 1850 fixa endereço comercial na rua Direita da Piedade um fotógrafo da Casa Imperial, Albert Heschel. O filho de um comerciante suíço, Wilhelm Gaensly, passou a trabalhar na "Phographia de Albert Heschel & Cia". Em 1871 Gaensly inaugurava a "Photographia Premiada", na esquina do Largo do Teatro com a rua Direita do Palácio, em sociedade com Karl Gutzlaf e outro estrangeiro de sobrenome Lange. Cerca de 10 anos depois, Gaensly abre a "Photographia do Comercio", na Ladeira de São Bento, tendo como sócio Rudolph Lindemann. Outros nomes que marcaram essa fase inicial da fotografia na Bahia foram Benjamin Mulock e Camilo Vendani (TEIXEIRA, 2001, p. 3).

As edições do Jornal da Bahia de 5 e 6 de junho de 1860 exibem anúncios de Pacheco e Irmão, "photographistas da Augusta Casa Imperial", que ofereciam, à ladeira de S. Bento, 17, até o final daquele mês, a produção de retratos "pelo novo e aperfeiçoado systema ambrotypo" àquelas pessoas que desejassem "possuir um perfeito e eterno retrato a prova d'ácido". Naquela ocasião também anunciavam seus serviços no jornal (Figs. 38 e 39) os retratistas J. Goston e Francisco Napoleão Bautz (JORNAL DA BAHIA, jun. 1860).



Figura 38  
ANÚNCIO DE AMBRÓTYPO  
Jornal da Bahia, junho de 1860



Figura 39  
ANÚNCIO DE RETRATISTA  
Jornal da Bahia, junho de 1860

O modismo da fotografia era estimulado pela importação de retratos de personalidades, palácios e eventos do exterior, em que se pode verificar o papel da imagem na difusão da cultura estrangeira na mentalidade local. As reproduções importadas de Paris e Londres traziam as famílias imperiais francesa, inglesa e russa, atrizes populares, dançarinas de óperas, Pio IX, os maestros Verdi, Meyergeer, Wallace, Rossini e Auber, o interior do Palácio Windsor, os marechais da França, os heróis da Polônia, os oficiais da marinha americana, o casamento do príncipe de Galles, dentre outros (OLSZEWSKI FILHA, 1989, p. 47).

No seu início a fotografia foi acessível somente às famílias ricas de Salvador (Fig. 40). A evolução tecnológica possibilitaria mais tarde a sua utilização pelas demais camadas sociais (Fig. 41), a partir do invento da fotografia sobre papel, do cartão de visitas e do formato Cabinet. Vestida com suas melhores roupas, a população posava para o fotógrafo, que por vezes utilizava colunas, cadeiras, cortinas ou paisagens pintadas do seu estúdio para compor o cenário, e até roupas, para produzir o figurino (Idem, p. 48,52).



Figura 40  
SENHORA BAIANA COM FILHA AO COLO  
Salões e damas do Segundo Reinado



Figura 41  
SENHORAS BAIANAS  
A fotografia e o negro na cidade do Salvador

A musicalidade dos baianos, tantas vezes destacada nos relatos dos estrangeiros, era exercitada nos salões, nas *soirées*, bailes e concertos dos clubes "A Recreativa" e "A Phileuterpe", e nos espetáculos do teatro lírico (PINHO, 1942, p. 27). Músicos amadores e profissionais executavam as modinhas sentimentais, praticavam ao piano óperas de Verdi, Rossini, Bellini e Donizetti. Nos salões, os baianos dançavam o cotilhão, o minuete, a gavota, o solo inglês, o lundu e a polca (VERGER, 1999, p. 176,144).

Uma modinha cantada na Bahia entre 1843 e 1853, registrada pelo cônsul honorário inglês James Wetherell (apud PINHO, 1942, p. 27), revela a desconfiança feminina em relação aos homens:

Astuciosos os homens são / Enganadores / Por onde vão / Os homens querem / sempre enganar / Nós nos devemos / Acautelar / Jurão constância / até morrer / Mas enganar / He seu prazer / Quando depedem / São huns cordeiros / Logo se tornarão / Lobos matreiros / Quando de noite / o sol raiar / Então firmeza / Lhes hão de achar / Já nem ao menos vergonha teem / Quando isto ouvem / Riem-se bem.

Na segunda metade do século, se intensifica o comércio de instrumentos musicais, notadamente ingleses e alemães, como flautas, clarinetas, cornetas, violões e principalmente pianos. A loja "Au Palais-Royal" anuncia no Diário da Bahia, em 18 de março de 1884, pianos e capas para piano, além de um grande sortimento de músicas para piano, como "Alice", de Ascher, "delicado romance sem palavras"; "Trovador", de Leybach; "Faust", de Favarger e Ketterer; "Caprice", de Hougroes e Ketterer; "Defillé", marcha de Ketterer, além da "Tout á la joie", "celebre polka de Faubrac" (DIÁRIO DA BAHIA, mar. 1884).

As representações dramático-teatrais em Salvador resumiam-se, até o início do século XVIII, praticamente às encenações das procissões católicas. A frequência ao teatro começa a se incluir entre os atrativos da vida social a partir de 1729, quando um recinto da Câmara de Vereadores foi adaptado para a encenação de tragédias antigas, por atores portugueses. O Teatro São João (Fig. 42), construído no Largo do Teatro (atual Praça Castro Alves), foi inaugurado em 1812, no governo do 8º Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito.



Figura 42  
TEATRO SÃO JOÃO  
Camilo Vendami, 1865  
Bahia: velhas fotografias

Ali as famílias da elite assistiram exibições de grupos líricos italianos e franceses, habituando os ouvidos à ópera em voga na Europa. Seus cenários e panos-de-boca representaram um campo de trabalho para os pintores locais, como relatado adiante, e seu espaço abrigou, no fim do século, exposições artísticas (BOCCANERA JUNIOR, 1915; ALVES, 1976; QUERINO, 1911).

Seu palco também abrigou as expressões locais e nacionais do romantismo que se destacaram na exaltação ao ideário heróico e nacionalista, no resgate de temas populares e folclóricos e na defesa da causa abolicionista. Ali o poeta Castro Alves estreou o drama “Gonzaga ou a revolução de Minas”, em 7 de setembro de 1867, tendo a portuguesa Eugênia Câmara como atriz principal; o maestro Carlos Gomes regeu “O Guarani”, em 1880, e a arte da oratória se desenvolveu na recitação de sonetos patrióticos e amorosos. O Politeama foi inaugurado somente em 23 de maio de 1886 (BOCCANERA JUNIOR, 1915).

Ponto de encontro da aristocracia e intelectualidade locais, na visão de Verger (1999, p. 196) “o teatro substituiu, no século XIX, a igreja como lugar de exibição pessoal”. O autor refere-se ao processo de laicização dos espaços públicos, liderado pelo teatro. Porém os documentos oficiais apresentam um quadro de grandes contrastes com a mundanidade a que aspirava a Salvador oitocentista, inspirada no ambiente de animação que dominava então as noites parisienses.

O já citado relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (1870, p. 28), no tópico “Teatro Publico” denuncia o franco desprestígio do Teatro São João junto ao público local. Em decorrência, a iniciativa privada enfrentava dificuldades para a sua manutenção:

Não obstante achar-se collocado em uma posição, que o torna accessivel á todos os bairros da cidade, o theatro publico tem sido tão pouco frequentado, que nenhuma empreza tem podido subsistir confiada unicamente na concurrencia do publico. Em uma cidade populosa e extensa como a nossa, onde as distrações não abundam.

A seguir, justificava a decisão de conceder subvenção artística ao estabelecimento:

Em vista do pouco favor, que manifesta o publico pelo theatro nas condições em que está, e tendo-se em consideração a necessidade de promover o aperfeiçoamento dessa instituição, afim de fundar-se entre nós a verdadeira arte dramatica cuja utilidade é attestada pela civilisação de todas as ephocas, pensa esta Presidencia que alguma cousa deve fazer-se em beneficio do theatro, concedendo-lhe uma subvenção ainda que modica, attento o estado dos cofres provinciaes (Idem).

Ao explicar a decisão de adiar o atendimento da solicitação de melhorias para a iluminação da casa, reporta-se novamente à questão da frequência:

Diz ainda o administrador que a illuminação do edificio carece de ser melhorada, trabalho este que não é dos mais urgentes, visto estar aquelle constantemente fechado - e só por excepção funciona, quando um ou outro beneficio tem logar (Idem).

## 1.5 A CONDIÇÃO FEMININA

O papel que desempenhou na formação das famílias oitocentistas de Salvador e das futuras gerações, já justificaria a abordagem da condição feminina neste trabalho. A este, outros aspectos se somaram, como objetos de interesse: a sua quase invisibilidade social e os reflexos das transformações externas no ambiente doméstico.

Para falar da mulher baiana oitocentista, faz-se necessário um olhar de relance sobre as mulheres do século anterior. Em 1714, dizia o visitante Amedee François Frezier (apud VERGER, 1999, p. 154), a respeito delas: “Vêem-se tão poucas mulheres que não se pode falar delas que muito imperfeitamente” O comentário informa o principal sobre as mulheres brancas daquele século: eram quase invisíveis, tal o grau de clausura a que eram submetidas na sociedade patriarcal, onde seu papel se restringia praticamente às funções de reprodução e administração dos serviços domésticos.

Em 1857, quase um século e meio depois, portanto, o cônsul honorário inglês, James Wetherell (apud VERGER, 1999, p. 24) observava que a situação de enclausuramento apresentava indícios de alteração:

As moças são levadas à missa em cadeirinhas, cujas cortinas são cuidadosamente puxadas e são seguras com as duas mãos a fim de preservá-las do olhar profano de meio mundo de curiosos. Quando, por acaso, acontece que o vento arranca a cortina das mãos de quem a segura, a reclusa muitas vezes desilude aqueles que conseguem vê-la. As mães, que foram educadas nessa reclusão, insistem ainda em aplicá-la às suas filhas; mas as jovens bonitas estão se cansando desse despotismo materno e não me parece que hoje as cadeiras sejam tão cuidadosamente fechadas quanto há alguns anos atrás.

Um detalhe aparentemente banal - o entreabrir de uma cortina - revela a sutil mudança de atitude que se insinua entre gerações, prenunciando o desejo de ver e mostrar-se ao mundo externo. De fato, ao longo do século a mulher ensaia a sua aparição na vida social - ainda que restrita aos salões, enquanto coadjuvantes de figuras masculinas, e exercendo funções essencialmente adornativas nos bailes que passaram a animar a sociedade local. É o que diz Wanderley Pinho (1942, p. 21-22) em "Salões e Damas do Segundo Reinado":

Na Bahia colonial o sistema de reclusão das mulheres impedia o florescimento dos salões, desses núcleos de cultura, de espírito, de alegria. A vida social em que figurava o elemento feminino, circunscrevia-se a festas de igreja e procissões, e também à assistência distante, em tribunas, sacadas ou camarotes, a cavalhadas, touradas, espetáculos teatrais. Nas salas e muito menos nas ruas pouco apareciam as damas. [...] Os salões do século XVIII na Bahia foram igrejas, coros e locutórios. No século XIX uma mudança se opera nos costumes, as mulheres saem de seu isolamento árabe e estão presentes nas reuniões sociais e nos bailes.

Tratou-se de um avanço considerável para a época. Ainda em 1817, Tollenare (1908, p. 53) informava que "as senhoras da primeira sociedade não vão ao teatro". Na década de 30, outro visitante, A. Dugrivel (apud AUGEL, 1975, p. 228), diz que as mulheres não acompanhavam os funerais, nem às moças solteiras era permitido participar das festas de casamento. Wetherell (Idem, p. 228) registrou, em 1855, que no cotidiano as senhoras não costumavam sair às compras, escolhendo à porta as mercadorias francesas, oferecidas por vendedores ambulantes. A porta demarcava o limite do seu território, para deslocamentos autônomos.

O isolamento árabe a que se refere Pinho não parecia força de expressão para o capelão americano Charles Samuel Stewart (idem), que no Rio de Janeiro, em 1856, atribuiu a

exclusão das mulheres brasileiras da vida social à causa remota da presença árabe na Península Ibérica. Para ele, "o ponto de vista espanhol e português sobre a liberdade de locomoção permitida às mulheres, segundo o modo de pensar mouro sobre a falta de dignidade e virtude femininas, proíbe-lhes aqui, em grau muito grande, os privilégios da rua".

O acesso aos salões acompanhou o mundanismo vigente nas cortes europeias, de onde as damas locais buscavam reproduzir os modelos de indumentárias e atitudes. Nos salões elas se exercitaram não apenas na exibição da aparência física. Os bailes e recepções também foram oportunidade para se iniciarem nas conversações sociais, nas danças, especialmente as de origem inglesa, nas execuções públicas ao piano, nos cantos e ainda nos idiomas estrangeiros, principalmente o francês.

Afrancesadas nos salões, em casa as damas de Salvador livravam-se da opressão dos espartilhos e corpetes, deixando-se estar, mesmo quando em presença de visitas, nos seus hábitos genuínos de se trajar, herdados da tradição portuguesa. A incorporação dessas diferentes personalidades causaria surpresa à inglesa Marta Graham (apud VERGER, 1999, p. 139), como anotado no registro de uma recepção no consulado britânico, em 1821:

Nas mulheres bem vestidas que vi à noite tive grande dificuldade em reconhecer as desmazeladas da manhã de outro dia. As *senhoras* estavam tôdas vestidas à moda francesa: Corpete, chale, enfeites, tudo estava bem, mesmo elegante, e havia uma grande exibição de jóias.

A imitação das mulheres europeias exigiu o aprendizado de dotes musicais, que passou a dividir as atenções com as prendas do bordado, desenvolvidas em cadeiras como a da ilustração seguinte (Fig. 43). A novidade levaria à importação de um móvel especialmente projetado para a dupla atividade, a pianola-costureira (Fig. 44).



Figura 43  
CADEIRAS DE BORDAR  
Século XIX  
Museu de Arte da Bahia



Figura 44  
PIANOLA-COSTUREIRA  
França, século XIX  
Museu de Arte da Bahia

A corpulência, traço físico que chamou a atenção dos estrangeiros, limitava a desenvoltura de muitas nos salões, denunciando o confinamento doméstico na cidade - versão urbana daquele apontado na civilização dos engenhos por Gilberto Freyre (1985, p. 163/27), quando fala das "senhoras exageradamente gordas", em contraste com as "moças quase tuberculosas de tanto viverem dentro das camarinhas".

Na primeira metade do século, o médico J. Cândido registrou no trabalho "Synopsis das Moléstias que mais reinão na cidade de S. Salvador" que "indubitavelmente as afecções do utero na Bahia são causadas pela vida sedentaria, que leva o sexo das graças entre nós" (BARRETO, 2001, p. 141).

Também os sucessivos partos teriam afetado a saúde e até abreviado a vida de muitas. A mulher do médico Antônio José Alves e mãe do poeta Castro Alves, Clélia de Castro Alves (Fig. 45), por exemplo - descrita como "magra e formosa, de imaginação viva e caráter melancólico", detentora de "cultura e primor de espírito", além de hábil ao piano - casou-se aos 19 anos e morreu aos 34, gerando sete filhos num período de nove anos, entre 1846 e 1855 (o terceiro morreu logo após o nascimento). A "molestia do peito", causa da sua morte precoce, como consta no laudo médico, teria se agravado com a debilidade decorrente dos partos consecutivos (MATTOS, 1948, p. 31).



Figura 45  
CLÉLIA CASTRO ALVES  
Castro Alves: ensaio bio-bibliográfico

As mulheres que ousaram praticar a liberdade, tanto de expressão quanto de ir e vir, adotando um modo de vida alternativo ao universo do casamento, casa e filhos, sofreram as consequências da transgressão. É o que comprova o tratamento dispensado à atriz portuguesa Eugênia Câmara (Fig. 46), musa de Castro Alves, "pelo impudor, quase ingênuo, com que se apresentavam juntos à sociedade respeitável da Bahia" (MATTOS, 1948, p. 93).



Figura 46  
EUGENIA CÂMARA  
Castro Alves: ensaio bio-bibliográfico

A "rapariga que levava, a seu modo, a vida frívola das coristas" não era poupada nos mexericos e manifestações de reprovação, que muitas vezes se tornaram públicos através da imprensa, tanto de Salvador quanto de Recife, onde iniciara o romance com o poeta, então estudante de Direito. Pedro Calmon (1947, p. 125, 127), um dos biógrafos do poeta, registra que o jornal recifense *A Ordem*, na sua edição de 20 de novembro de 1866, chegou a se posicionar em defesa da artista, ressaltando que "também não louvamos as pateadas que a sra. Eugênia Câmara tem sofrido".

Outro biógrafo, Afrânio Peixoto (1942, p. 30), atribui a sentida mágoa expressa por Castro Alves nos versos do poema "A estátua"<sup>10</sup>, a essas agressões: "Seriam talvez os comentários públicos à sua vida airada, com `uma cómica´, que o recato provinciano não podia facilmente tolerar, e se afrontava a opinião, por ela sofria entretanto".

Dir-se-ia que, diante de uma situação que lhe escapava ao controle, a face mais conservadora da sociedade patriarcal pôs de lado tanto o espírito cristão quanto a civilidade francesa para atirar pedras sobre uma mulher, pelo contraste que esta ousou estabelecer com a condição feminina então vigente.

Vale lembrar que as restrições morais não se incorporaram indistintamente. Os rígidos códigos de conduta não inibiram totalmente o impulso de liberdade em todas as mulheres, como se lê nas notas de Tollenare (apud VERGER<sup>11</sup>, 1999, p. 157), que em 1817, com muita verve, reproduz um diálogo entre uma dama sua vizinha e um francês boquiaberto diante de uma narração que relativizava inteiramente a imagem virtuosa das damas locais.

<sup>10</sup> "A estátua de talento, que pura em mim s'erguia / jaz hoje - e nela a turba enlaça uma ironia"

<sup>11</sup> Esta descrição não consta da parte de "As notas dominicaes.." referente à Bahia, publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1907. Verger consultou tanto a parte da Bahia quanto a de Pernambuco no original da obra, em francês, na biblioteca Saint Geneviève, em Paris.

Naquela conversa, revelou-se outra nefasta consequência do confinamento doméstico para o desenvolvimento feminino: a falta de instrução. É quando a interlocutora assegura o interesse de uma sua amiga, noiva, pelo francês: “Terias já recebido um bilhete se ela soubesse escrever” (Idem).

A esse respeito, a esposa do naturalista Louis Agassiz, Elizabeth (apud AUGEL, 1975, p. 238), assinala, no diário de viagem sobre as expedições dos cientistas da Nova Inglaterra ao Brasil entre 1864 e 1865, que “salvo duas matérias bem estudadas, o francês e a música, a educação das mulheres é pouco cuidada e o tom geral da sociedade se ressentiu disso”.

Entre as mulheres negras e mestiças (Fig. 47), o livre trânsito nas ruas e a liberdade sexual representaram, antes que uma opção, aspectos inerentes ao processo de coisificação da escravidão. Nas ruas, sua presença se dava em função do cumprimento de tarefas servis, enquanto que a desenvoltura sexual que lhes era atribuída, se decorria originalmente da ausência dos tabus da sociedade africana, no Brasil significava também, mais comumente, a prestação de serviços aos senhores.



Figura 47  
MULHER BAIANA  
Alberto Henschel, 1885  
A fotografia e o negro na cidade do Salvador

É curioso observar a postura da mulher branca e cristã, oprimida pelo sistema patriarcal, face à realidade de outra desigualdade social gritante, a da opressão racial. O olhar de Silva Lisboa (apud VERGER, 1999, p. 23), em 1781, sobre o uso das cadeiras de arruar pelas mulheres (Fig. 48), identificava na vaidade feminina o fator determinante para a indiferença ou acumplicimento com a situação:

É prova de mendicidade extrema o não ter um escravo; é indispensável ter ao menos dois negros para carregarem uma cadeira ricamente ornada e um criado para acompanhar este trem. Quem saísse à rua sem esta côrte de africanos estaria seguro de passar por um homem abjeto e de economia sórdida. E, quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a ridicularia deste aparato romanesco ou ainda a desumanidade de se fazer, por deleite puro, carregar por homens seus semelhantes, estava na certeza de ser apedrejado com um visionário e inovador. Assim, todos aspiram a ter sua cadeira, com o aparelho competente. Mas a vaidade dominante nas minhas senhoras patricias não se acomodaria jamais com reflexões filosóficas e de economia. Lhes é mais fácil sacrificar ainda os interesses da religião a um ponto de honra fantástico, do que bravar prejuízos inveterados. Nenhuma mulher, a não concorrerem simultaneamente as qualidades de ser extremamente pobre e de tal idade que não tenha já esperança de tirar algum partido deste mundo, não se resolve a sair a pé de dia.



Figura 48  
MULHER EM CADEIRA DE ARRUAR  
Julius Naehrer, 1881  
Salões e damas do Segundo Reinado

A violência física e moral marcou a rotina doméstica brasileira, nas relações entre escravas e senhoras, como registrou o viajante inglês John Luccock (apud NAVES, 1997, p. 113) nas suas observações sobre o Rio de Janeiro:

[...] quando estas resistem ou descumram as ordens recebidas, tratam de domá-las a poder de um comportamento ruidoso e arrebatado, nem sempre falto de maldades e sevícias que nem pelo fato de provirem das mãos de uma dama são menos violentas. Esses é que são os exercícios e, talvez, os mais eficazes de quantos realizem, avivando-lhes a circulação, emprestando-lhes alguns tonos aos músculos e descarregando alguns humores peccantes [...] e estampando-lhes no rosto os sinais evidentes do que lhes vai por dentro.

Também o pintor Jean Baptiste Debret (1940, p. 146), integrante da Missão Francesa, ao descrever a dona de uma fazenda no Rio de Janeiro, observou as sequelas do comportamento autoritário, que às mulheres brancas era designado exercer sobre os negros:

Ao simples aspecto de sua fisionomia, é fácil de ver, mesmo sem menosprezar as qualidades morais, que a necessidade de repreender continuamente e durante muito tempo escravos preguiçosos fixou nesse rosto a marca involuntária do mau humor; em consequência, o olhar tornou-se duro e inquieto; a boca aberta conserva, entretanto, durante o silêncio, um ligeiro movimento dos lábios.

No ambiente doméstico as relações servis eram muitas vezes alternadas e amenizadas com intimidade física - e não apenas de natureza sexual. É ilustrativo o hábito de fazer cafunés (o *gaffouné*), ou, mais simplesmente, o ritual de catar piolhos. Muitos europeus, de passagem por Salvador, testemunharam o costume, a exemplo de Charles Expilly (apud VERGER, 1999, p. 153), que em 1860 comparou-o à distração e prazer proporcionados pelo banho às mulheres submetidas ao despotismo masculino no Oriente:

Na hora dos grandes calores, quando mexer-se e mesmo falar torna-se fatigante, as senhoras, retiradas em seus apartamentos interiores, se deitam sobre os joelhos de sua mucama favorita, para quem entregam sua cabeça. A mucama passa e repassa seus dedos carinhosos na espessa cabeleira estendida na frente dela. A escrava lavra em todos os sentidos esta luxuriante cabeleira: ela raspa delicadamente a raiz dos cabelos, beliscando a pele com habilidade e fazendo de tempo em tempo um barulho seco com a unha do polegar e o dedo médio.

Livres, libertas ou escravas, brancas, mestiças ou negras, as mulheres do século XIX em Salvador pagaram o duro preço de terem vivido sob as regras da mentalidade patriarcal, fosse na forma de escravidão ou de confinamento - aí incluídas as que se encerraram nos conventos para o exercício da vida religiosa.

Dentre as que se constituíram em exceções, pode ser citada Luisa Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Pedra Branca e Barral (Fig. 49), enviada pelo pai Domingos, futuro Visconde de Pedra Branca, ainda criança, para estudar na França (PINHO, 1942, p. 176). Prometida em casamento a Miguel Calmon, futuro marquês de Abrantes, escapou ao destino de esposa, dona-de-casa e mãe, sob a alegação de diferença de mentalidade.

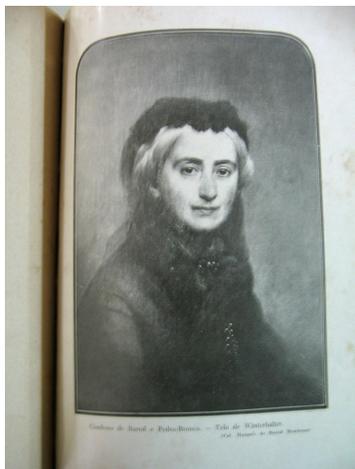


Figura 49  
CONDESSA DE BARRAL  
Salões e damas do Segundo Reinado

Ao pai que fora buscá-la para consumir o matrimônio, justificou que "desde a meninice criada em França, seus hábitos, suas relações e afeições são da pátria de educação, e que do Brasil são poucas as memórias" (Idem). Posteriormente, no retorno ao país, tornou-se preceptora das princesas reais, desenvolvendo uma trajetória marcante na Corte, como colaboradora do Imperador D. Pedro II.

Embora o olhar dos visitantes estrangeiros tenha sido atraído sobretudo para as mulheres brancas da elite e as negras escravas, a realidade de Salvador no século XIX já incorporava outras figuras femininas, em atividades que não a doméstica ou a servil. Eram mulheres pertencentes à camada pobre, negras e pardas forras, ou mesmo brancas.

No artigo "Oficiais mecânicos e a vida quotidiana no Brasil", a historiadora Maria Helena Flexor (2001, p. 76-80) identifica, desde o século XVIII, mulheres exercendo as atividades de parteiras, padeiras, quitandeiras, curandeiras, tecelãs e oleiras e, no início do século XIX, duas que obtiveram licenças para vender móveis. Elas também trabalhavam como lavadeiras e, no XIX, foram parte da mão-de-obra liberta aproveitada nas obras públicas.

No estudo "Corpo de Mulher: a trajetória do desconhecido na Bahia do século XIX", Renilda Barreto (2001, p. 13/26) identifica, entre as que recorriam aos serviços do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, mulheres que ganhavam a vida como costureiras e serventes. Registra ainda parteiras e até boticárias, portadoras de cartas de farmacêutico.

Na segunda metade do século aumenta a presença de mulheres em ocupações públicas, inclusive em atividades intelectuais. A carreira de professora foi um dos principais

espaços para a afirmação do seu papel social. A edição do Correio da Bahia de 15 de março de 1876, sob o título "These", registra que "foi-nos oferecido pela exma. Sra. d. Isabel Gonçalves de Araujo um exemplar da these que pretende sustentar no concurso, a que se propõe, da cadeira de geografia e historia do internato normal. É o ponto da mesma - Correntes aéreas e correntes marítimas" (CORREIO DA BAHIA, 15 mar. 1876).

Embora natural do Rio Grande do Sul, é digno de registro que foi na Faculdade de Medicina da Bahia que, em 1887, se formou a primeira médica brasileira, Rita Lobato Velho Lopes, defendendo a tese "Paralelo entre os métodos preconizados na Operação Cesariana" (FIOCRUZ, 2003, p.12).

O historiador Nelson Werneck Sodré (1977, p. 214) aponta, na "História da Imprensa no Brasil", a presença de uma baiana no contexto das mudanças da imprensa oitocentista:

A sociedade brasileira reflete, evidentemente, essas mudanças, com diferenciações progressivas. Até mesmo em relação à mulher: a baiana Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco lança, então, o Jornal das Senhoras, em 1852, e que durou três anos, após o que lançou O Domingo, que circulou até 1875, quando faleceu Violante, com sonetos, cartas de amor e modas.

Sonetos, cartas de amor e modas foram os ingredientes com que a mulher começou a marcar presença na imprensa baiana, externando assim o conteúdo sentimental da alma feminina. De qualquer forma, não foi menosprezível a iniciativa de ousar se expressar num espaço de atuação exclusivamente masculino.

No artigo "Mulheres/Século XIX: a coragem de dizer o proibido", a ensaísta Helena Parente Cunha (2000, p. 2). cita Ildelfonsa Laura César como a primeira escritora baiana a publicar sua produção poética em livro e "talvez a primeira escritora brasileira a introduzir tonalidade erótica na poesia", ela que "chocou os contemporâneos por causa da sua ligação fora da lei com um estudante de Medicina" São dela os versos seguintes, coletados no estudo de Zahidé Lupinacci Muzart<sup>12</sup>.

Quanto invejo da pastora / O viver simples e bom! / Mas a mim negou o fado, / Não quis tivesse esse dom. (...) Cantando à boca do rio, / Que banha alegre morada, / Seus projetos executa / Sem que seja censurada. / Isenta de austeras leis, / Pensa, ri, brinca se quer. / Ignorando rigorismos / É feliz onde estiver. (...) / Carinhosa tem carinhos, / E vive

---

<sup>12</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci (Org). Escritoras brasileiras do século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

assim bem contente. // Ai de mim! A quem a sorte / De tão altos bens privou, / Ditosos dias ainda / Comigo não partilhou.

O "Ai de mim!" traduz bem o sentimento das mulheres que vivenciaram o choque de mentalidades numa sociedade fundamentada no patriarcalismo, mas francamente exposta, no século XIX, às influências de novas idéias, originárias de um outro contexto. É difícil especular onde a autora teria buscado inspiração para fortalecer a sua inclinação para a liberdade, através de comportamento e versos destemidos. Mas é possível imaginar que tenha lido romances importados, onde a imagem da mulher contrastasse com aquela difundida pela herança católica portuguesa.

Além de Ildelfonsa, outra mulher baiana dos Oitocentos, Ana Ribeiro, publicou versos, e ainda contos, romances, críticas literárias e artigos educativos (Idem)<sup>13</sup>. Nestes, assume uma postura de crítica aos avanços femininos, comprovando, assim, a diversidade das posturas e visões femininas de então:

Que a sociedade precisa ser regenerada é uma verdade há muito enunciada por muitos, que esta grande missão compete à mulher, sem que para isso seja preciso votar, tomar assento nas câmaras, exercendo cargos que têm sido até hoje da exclusiva competência do sexo forte. (...) Cabe à mulher a grande tarefa de regenerar o homem (...) Possa ela atualmente exercer um novo Apostolado e regenerar a sociedade, regenerando o homem. (...) É este o ponto em que deve pôr a mira, a glória a que deve aspirar. Para isso não é preciso arrancar o cetro da mão do homem: basta dominá-lo pelo coração.

Todas essas nuances de perfis passaram despercebidas aos visitantes estrangeiros - inclusive às mulheres, como Graham e Agassiz - que na sua interpretação geralmente apressada do modo de vida local, ditada por parâmetros externos, também não se deram conta de que no ambiente doméstico se processavam alterações sutis nas mentalidades, como reflexo das idéias que se disseminavam a partir dos países dominantes.

Nos jornais da época, é possível constatar que a sociedade baiana acompanhava as discussões internacionais sobre o novo papel da mulher. Inicialmente, com defasagem temporal, depois com quase simultaneidade, o fato é que o debate repercutia em Salvador.

Na edição do Jornal da Bahia de 14 de junho de 1860, um anúncio (Fig. 50) de dimensão incomum, ocupando cerca de 1/5 de página, divulgava o livro "Educação das Mulheres", de Mademoiselle Nathalia de Lajolais. Obra premiada pela Academia Francesa,

---

<sup>13</sup> Idem.

traduzida do francês, era então oferecida ao público baiano através da apresentação feita por Mr. Jay, na referida academia, em 1847 (13 anos antes, portanto):



Figura 50  
ANÚNCIO DE LIVRO  
Jornal da Bahia, 14 jun. 1860

Os meios mais apropriados são por ella indicados para guiarem as meninas desde os primeiros passos d'a vida intellectual, para esclarecerem seu espirito, fortificar sua razão, fazer-lhes amar os deveres d'a religião, e tornal as em-fim capazes de um dia bem cuidar per si mesmas d'o governo de uma casa, de uma familia e de assegurar a felicidade do lar domestico. (JORNAL DA BAHIA, 14 de junho de 1876, p. 4)

Convergente com o de Ana Ribeiro, o pensamento de Mademoiselle Nathalia expressava a visão europeia acerca do papel da mulher na sociedade, que se difundira com base nas idéias de Jean Jacques Rousseau. A imagem idealizada da figura feminina na obra do pensador suíço, inspirada nas mulheres virtuosas da antiguidade, atribuía às mulheres o papel de guardiã dos costumes, através do exercício das funções de esposa, mãe e dona-de-casa. Como derivação dessa atribuição - exclusivamente quanto a esta - o destino da mulher seria então governar o homem.

Essa visão, personificada em Sofia, da obra rousseana "Émile, um tratado sobre a educação", influenciaria reformas e métodos educacionais em toda a Europa, da mesma forma que "Contrato social", obra de filosofia política, ensejaria reformas políticas. Devoção à pátria e austeridade moral era o binômio que Rousseau propunha como referenciais para a educação, conforme os moldes da antiga Sparta. Em relação às mulheres, enfatizava a necessidade de amar os seus deveres, ou tarefas domésticas, e ler o coração dos homens.

No final do século, entretanto, os ideais positivistas formulados por Auguste Comte, com ênfase no desenvolvimento das ciências, terminariam por alcançar o universo educa-

cional feminino. O Diário da Bahia de 16 de março de 1884 reproduz na primeira página extenso artigo sobre a questão do ensino secundário das jovens na França, de autoria do Sr. Gréard, vice-reitor da academia de Paris II, e o discurso inaugural feito pelo Sr. Louis Tra-senster, reitor da Universidade de Liège, que tratam exatamente desses desdobramentos.

Defende-se ali o plano de estudos e programas de educação das *femmes savantes* da acusação de pretender tornar as jovens "pedantes, raciocinadoras e livres pensadoras". As críticas têm um alvo: a introdução da disciplina Ciências no currículo:

O conselho preocupou se também muito a dar a esse novo ensino um caracter essencialmente feminino. Não só os trabalhos de costuras occupão n'elle logar importante, como pequenos ensinos de economia domestica e de hygiene, tão apropriados ao papel das mulheres em casa, forão organisados: serão antes conversações familiares, do que verdadeiros cursos, instruindo divertir-se-há ás alumnas. Por proposta de um dos membros mais ilustrados do conselho, introduzirão-se noções de cosinha. O que parece ter provocado mais objeções contra a nova instituição foi a introdução das sciencias na educação feminina. Pois novas mulheres, bradou-se, hão de saber chimica, physica, cosmographia! Parece-nos que não é isto cousa nova e extraordinaria. Mais ou menos tem se ensinado sempre nos collegios e estabelecimentos particulares alguns elementos de sciencias. Se compararmos no seu todo e nas suas proporções o ensino scientifico, vê-se que as sciencias, na sua totalidade, não formão a terça parte do ensino litterario (15 horas contra 55), e há demais a costura, o desenho, a musica, a economia domestica, que são trabalhos essencialmente femininos, de modo que as sciencias só occupão a quarta parte da totalidade dos estudos; colloquemos ainda n'essa quarta parte a arithmetica, que é absolutamente indispensavel á mulher. Eis ao que se reduz essa extravasão de sciencias tão decantada (DIÁRIO DA BAHIA, 16 mar. 1884).

Porém, se a ciência não era para mulheres, coube a elas cumprir o receituário ditado pelo pensamento cientificista para o exercício do seu novo papel dentro da sociedade: o de mãe e esposa civilizada, peça fundamental para que a família funcionasse como sustentáculo do projeto normatizador do positivismo. Na tarefa civilizadora traçada pelo saber científico, o higienismo passou desde então a formular as prescrições para a vida cotidiana da família, especialmente para a mulher (MATOS, M. I. de, 2005, p. 1)

É nesse contexto que o ideário científico-higienista adentra os lares de Salvador no século XIX, tornando a mulher uma espécie de agente familiar da moral e da higiene. A partir da identificação de bactérias como causas de doenças, o imperativo de profilaxia antimicrobiana dos lares impõe às mulheres a responsabilidade pela saúde e bem-estar dos membros da família. A educação feminina torna-se, assim, uma questão-chave para a medi-

cina, visando o aperfeiçoamento físico e moral das novas gerações. A decorrência natural dessa valorização será a "profissionalização da maternidade" (Idem, p. 2).

Entende-se, assim, como a transformação das mentalidades nos Oitocentos alcançou as mulheres na reclusão dos lares. As novas regras higiênicas afetaram, por exemplo, o aleitamento materno, considerado pela ciência determinante para o desenvolvimento físico e mental das crianças. O discurso médico passa a questionar a higiene e a qualidade do produto das amas-de-leite - repercutindo, portanto, também na vida das mulheres que sobreviviam dessa prática, como se verá adiante.

Tollenare (1908, p. 121) observara, na segunda década do século, que "poucas mulheres amamentam os filhos". O incentivo médico ao aleitamento materno invocará a responsabilidade feminina na incidência de doenças como a desnutrição, raquitismo e mortalidade infantil nas novas gerações, agregando a dimensão de responsabilidade social a um rito até então considerado estritamente biológico. Os novos princípios defendiam o leite materno higienizado e o leite de vaca integral. A administração deste também deveria se fazer conforme as regras ditadas pela ciência médica e pela indústria para a higiene da criança.

É o que se constata no anúncio (Fig. 51) publicado repetidamente nas edições do Diário da Bahia de 1888. Ilustrado com o desenho de uma mamadeira francesa ladeada por anjos, o texto, destinado ao convencimento das mães e futuras mães de Salvador, reproduz a orientação do Dr. Bouchut, lente agregado da Faculdade de Medicina de Paris e médico do Hospital das Crianças Enfermas, no seu livro "Hygiene da Infancia", segundo a qual "uma mamadeira bem acondicionada deve ter uma valvula onde o leite nunca torne a descer" (DIARIO DA BAHIA, 28 de junho de 1888).



Figura 51  
ANÚNCIO DE MAMADEIRA FRANCESA  
Diário da Bahia, 28 de junho de 1888

O próprio ato de reprodução também iria passar pelo crivo da ciência médica. Antes restrito ao universo feminino, realizado na intimidade entre mãe e parteira (considerada "comadre"), o parto progressivamente vai passando ao domínio da figura masculina, do médico obstetra, que investido da autoridade científica invade e devassa a privacidade do corpo feminino - objeto de tantos tabus morais naquele período.

Como em tudo o mais, também a divulgação dos serviços médicos exibia a chancela estrangeira, conforme se vê no anúncio abaixo (Fig. 52), em que o médico Satyro de Oliveira Dias informa que acabara de retornar de viagem à Europa.



Figura 52  
ANÚNCIO DE MÉDICO OBSTETRA  
Correio da Bahia, 16 de março de 1876

Dentre os primeiros obstetras, muitos ofereceram gratuitamente seus serviços à população feminina, a exemplo de Lydio de Mesquita, o barão de Itapuan, Climério Cardoso de Oliveira, Virgílio Damazio, Alfredo Brito, Deocleciano Ramos, José Pedro de Souza Braga e Rodrigues Lima Américo de Souza Marques. Alguns, como Climério de Oliveira, costumavam se intitular "parteiros" (BARRETO, 2001, p. 142) - embora a antiga atividade das leigas tenha merecido tenaz combate por parte dos especialistas, como se verá adiante.

Neste comportamento mimético, aparentemente contraditório, assim como na iniciativa de oferecer serviços gratuitamente, a autora identificou um mecanismo para a atração de clientela, "que o médico utilizava para ganhar a confiança das camadas populares, aquelas que tradicionalmente recorreriam ao auxílio da parteira para tratar de doenças do aparelho geniturinário e para o atendimento ao parto e à criança" (Idem).

A disputa da clientela revela as circunstâncias em que se deu o processo de mudança de mentalidades. Isto porque, a despeito do caráter progressista, do respaldo institucional

da Faculdade de Medicina e, em muitos casos, da chancela representada pelas viagens profissionais à Europa e pelo acompanhamento das inovações em curso no campo do conhecimento médico naquele continente, "a população da cidade de Salvador, sobretudo as mulheres pejudadas, desconfiava dos cuidados médicos e cultivava a crença de que a morte rondava de perto as enfermarias da Misericórdia"<sup>14</sup> (Idem, p. 140).

A desconfiança quanto aos médicos (reforçada pelas condições iniciais, materiais e de higiene, das enfermarias do Hospital da Santa Casa da Misericórdia) traduz um dado cultural recorrente nas mentalidades de então: o confronto entre o novo e o tradicional. No caso, o século XIX colocou para as mulheres baianas o desafio de decidir entre a prática feminina ancestral das "comadres" e o novo saber científico masculino, representado pelos médicos. Muitas adotaram uma postura de resistência à inovação. Explica-se, assim, as estratégias utilizadas por estes para atraí-las aos seus consultórios.

## 1.6 O SABER CIENTÍFICO

A Faculdade de Medicina da Bahia afirmou-se no século XIX como o principal centro difusor do racionalismo e do cientificismo em Salvador. Da sua sede (Fig. 53), localizada no Terreiro de Jesus, irradiaram-se as idéias que se consolidavam então nos meios científicos e filosóficos da Europa. Dentre essas, o evolucionismo do inglês Charles Darwin, que se contrapunha à versão bíblica sobre a criação do universo e do homem; o positivismo do francês Auguste Comte, que impulsionou as ciências e os experimentos, além do higienismo, que propôs novas regras de profilaxia para o indivíduo e a coletividade.



Figura 53  
SEDE DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA  
Século XIX  
Faculdade de Medicina da Bahia

<sup>14</sup> Hospital da Santa Casa da Misericórdia, onde médicos e alunos da Faculdade de Medicina exerciam a prática médica.

Até então, os tratamentos de cura eram realizados de forma empírica, com base, predominantemente, em práticas de origem indígena, africana e jesuítica, tendo como agentes os barbeiros, os sangradores, as parteiras e os boticários. Além desses, atuavam os físicos-mor e cirurgiões-mor autorizados por cartas de examinação.

Um dos marcos da institucionalização da medicina no país, a partir da sua criação, em 1832, a Faculdade de Medicina passou a formar médicos, produzir teses científicas e a zelar pela regulamentação do exercício da atividade. Iniciava-se então a fase denominada pré-científica, fundamentada em sistemas teóricos europeus desenvolvidos no século XVIII (FIOCRUZ, 2003, *passim*).

A produção e a disseminação do saber científico em Salvador no século XIX também estiveram relacionadas a um grupo não vinculado à faculdade, surgido na década de 40, posteriormente denominado Escola Tropicalista Baiana. Considerado a gênese da medicina tropical no Brasil, desafiou a tradição da prática e do ensino médicos locais, ao introduzir as novas disciplinas surgidas no século XIX, como a anatomia patológica, a parasitologia e a bacteriologia. Em 1849 o grupo identificou a febre amarela, e em 1855 o *colera morbus*.

Seus fundadores foram três estrangeiros, estabelecidos em Salvador na década de 40: Otto Edward Henry Wucherer, de ascendência luso-germânica, John Ligertwood Paterson, escocês, e José Francisco da Silva Lima, português. Outros médicos se agregariam depois, totalizando 14 profissionais.

Dentre estes, se incluíam outros dois estrangeiros - Thomas Wright Hall e Alexander Ligertwood Paterson, irmão de John - além de dois professores da Faculdade de Medicina, Januário de Farias e Antônio José Alves, pai do poeta Castro Alves. Posteriormente, o grupo atraiu estudantes de Medicina, como Raimundo Nina Rodrigues, Manuel Victorino Pereira e seu irmão Antônio Pacífico Pereira.

O escocês Paterson foi objeto de homenagem, na segunda metade do século, pelos serviços prestados à comunidade baiana. Em 1886 foi instalada uma herma com o seu busto (Fig. 54) no Largo da Graça, com recursos originários de subscrição pública.



Figura 54  
JOHN PATERSON  
Herma no Largo da Graça  
Fotografia de Adenor Gondim

Valendo-se da formação prático-teórica e equipamentos europeus, os “tropicalistas” voltaram-se à observação da realidade local, desenvolvendo métodos clínicos e pesquisas originais, que viriam a reputá-los como introdutores da medicina experimental no Brasil. Seus estudos inovadores sobre as doenças tropicais que afetavam as populações pobres, notadamente os escravos - por eles denominadas “patologia intertropical” - se realizaram sem apoio oficial, e geraram polêmicas nos meios médicos da Bahia e Rio de Janeiro.

A capacidade de articulação nos meios médicos europeus, especialmente por parte de Wucherer, considerado o fundador da helmintologia brasileira, assegurou a divulgação e o reconhecimento da produção científica do grupo, que dentre as contribuições mais importantes, realizou descobertas sobre a ancilostomíase, filariose, ainhum, além de qualificar os debates sobre a parasitologia e doenças como o beribéri, tuberculose, lepra, dracunculose e o maculo, diarréia que acometia os escravos jovens.

O grupo exercitou a prática no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, onde também atuavam os médicos e estudantes da Faculdade de Medicina. A divulgação local dos seus estudos se deu através da Gazeta Medica da Bahia, a partir de 1866, quando o quinzenário foi fundado, por iniciativa da classe médica local.

Criada para congregar a categoria, difundir a produção médico-científica e veicular debates, no seu segundo ano de circulação, em 1867, a Gazeta publicou, pela primeira vez no país, um código de ética médica, o da Associação Médica Americana. Veiculou ainda, ao lado da Gazeta Medica do Rio de Janeiro, um dos mais acalorados debates ocorridos à é-

poca no seio da comunidade médica, aquele travado em torno da imunização antivariólica, quanto às diferentes opções que se testavam então: a inoculação, a variolização, a vacinação e a revacinação (FERNANDES, 2003, p. 461-474).

Muitas investigações desenvolvidas no exterior eram reproduzidas na Gazeta Médica, inclusive as que surgiam no campo psicológico. Como exemplo, a edição de janeiro de 1886, (Fig. 55) publicou o artigo “A Hysteria no Homem”, assinado pelo professor Jean-Martin Charcot, do Hospício de la Salpêtrière, localizado em Paris.

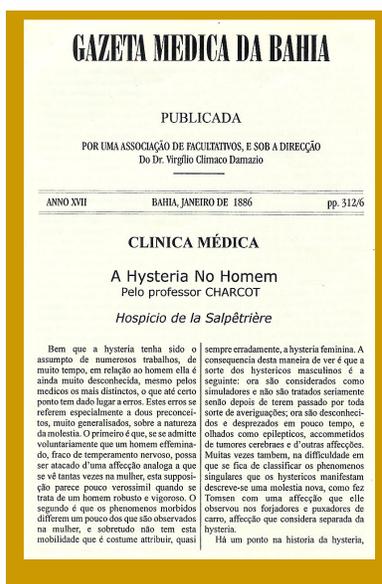


Figura 55  
GAZETA MÉDICA DA BAHIA  
Edição de janeiro de 1886

A atenção que toda a Europa dispensava então às pesquisas científicas, abrangendo desde a natureza até a economia, estendera-se às investigações sobre a mente humana. As abordagens médicas para o tratamento de problemas psicológicos constituíram-se num dos campos de maior interesse no período.

O desenvolvimento de estudos práticos sobre distúrbios mentais relacionou-se grandemente com o higienismo, derivando para a noção de higiene mental. Enquanto no plano urbano a ênfase higienista recaía no saneamento e saúde pública, no plano mental delineava-se a tese de profilaxia social, gerando a criação de manicômios públicos e sanatórios (SILVA, 2005, p. 3-4). Em Salvador, foi criado em 1869 o Hospício São João de Deus, para segregar os alienados.

Na França, berço do positivismo, onde Comte disseminou as bases do pensamento científico, propondo uma classificação das ciências, haviam surgido, ainda no fim do XVIII, as primeiras clínicas e asilos para doentes mentais, além de abordagens científicas sobre a doença. No século XIX, o acúmulo de conhecimentos e experiências conferiria ao país a liderança em tratamentos mentais, com a criação, em 1882, do Hospício de La Salpêtrière, que se tornou mundialmente reconhecido como centro de estudos psiquiátricos.

O psicológico foi tema de numerosas teses desenvolvidas na Faculdade de Medicina nos Oitocentos, tais como “Influência da música na Medicina” (1845), “Breve dissertação sobre a Hypochondria” (1852), “Influências da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas” (1857), “Em que consistem os temperamentos” (1873), (ROCHA, 2001, p. 136) ou “Estudo Médico Psicológico sobre suicídio” (1874) (FACULDADE DE MEDICINA).

A influência estrangeira é largamente comprovada nos conteúdos desses trabalhos, que traziam referências a profissionais ligados à Escola de Medicina de Paris e a outras instituições européias, notadamente Bénédicte Augustin Morel, Jean-Martin Charcot, Alfred Binet, Théodule Ribot e Dominique Esquirol (ROCHA, 2001, p. 142). Vale mencionar que a aproximação com a produção européia era já induzida pelas próprias normas das provas de ingresso na Faculdade de Medicina, que exigiam aprovação em exame de língua francesa (ARAGÃO, apud ROCHA, 2001, p. 134).

Durante o século XIX teriam sido 49 as teses relacionadas a questões psicológicas (PEIXOTO, apud ROCHA, 2001, p. 136). Dessas, 26 foram analisadas pela psicóloga Nádia Maria Dourado Rocha, que localizou citações de 39 autores estrangeiros, dos quais 50% franceses, 14% alemães, 7% ingleses, 6% italianos, 4% gregos, 2% americanos e 1% brasileiros, além de outras nacionalidades (16%). Sigmund Freud foi citado uma vez, e entre os brasileiros figuram Nina Rodrigues, Juliano Moreira e José Estelita Tapajós (ROCHA, 2001, p. 142-143).

No estudo, a autora aponta as fragilidades metodológicas do material, “que restringiu-se com uma única exceção [...] a trabalho de compilação”, e atribui a elevada presença de referenciais estrangeiros à ambiência da Salvador oitocentista:

A influência francesa foi efetivamente muito marcante. Ela pode ser avaliada, inclusive no plano institucional, pelo próprio processo de seleção, que se manteve basicamente inalterado desde a Escola Médico-Cirúrgica até o primeiro quartel do século XX; pelo acervo bibliográfico, predominantemente francês e pela presença de professores franceses no

corpo docente. Assim, a escolha de autores predominantemente daquele país parece uma consequência lógica do contexto sócio-cultural baiano do século XIX (Idem, p. 148).

O consumo da produção científica europeia está patenteado nas memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, através dos registros de destinação de recursos à compra regular de livros e periódicos especializados da França, Inglaterra e Itália. Em 1842, por exemplo, o diretor Francisco de Paula Araujo e Almeida registra, em ofício ao presidente da Província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos que,

tendo chegado de França na barca Aline um caixão com a marca M&C contendo livros e periodicos medicos para a Eschola de Medicina, vou solicitar de Vossa Excellencia as necessarias ordens, para que sejam despachados livres de direitos, não só estes objetos, como tambem a continuação dos mesmos periodicos, que tem de ser enviados, tanto de França, como de Inglaterra e da Italia, á medida que forem semanaria ou mensalmente saindo (FACULDADE, 1842).

A regulamentação da atividade médica, cuja fiscalização coube à faculdade, produziu impacto considerável sobre atividades antes exercidas informalmente, de tradicional utilização e largo reconhecimento pela sociedade baiana. Foi o caso das parteiras, que, em 1841 mobilizou instâncias tais como o Presidente da Província, a Câmara e a Faculdade, colocando na ordem do dia a regulamentação profissional, aspectos legais da obtetria, além de uma curiosa discussão de ordem semântica, a saber: a distinção entre aparar e partejar.

O primeiro registro sobre o assunto nos arquivos da Faculdade de Medicina data de 16 de outubro. Provocada pelo Presidente da Província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, por sua vez acionado pela Câmara, a faculdade emite o parecer de um lente a respeito da situação de uma dessas parteiras baianas:

Foi presente á Faculdade de Medicina o officio de Vossa Excellencia de 2 do corrente, exigindo o seo parecer acerca da representação que o acompanhou, e que a Faculdade devolve, feita a Vossa Excellencia contra a Camara Municipal desta Cidade por um dos seus membros, João Adrião Chaves, queixando-se por ter a mesma Camara dado licença para partejar a Rosa Maria da Silva Fernandes com violação da lei de 3 de Outubro de 1832, e infração da postura numero 16: e em resposta a Faculdade tem a honra de significar a Vossa Excellencia que, á vista da clara e terminante disposição da mencionada lei de 3 de Outubro no artigo 13º, não podia a Camara Municipal dar tal licença á dita Rosa Maria, ainda attendendo aos attestados por ella apresentados, nem a quaesquer outras pessoas em identicas circunstancias; por quanto taes attestados, posto que dados sejam por habeis Facultativos, tão longe estão de constituir titulo legal, que as mesmas Faculdades de Me-

dicina do Império não podem authorisar alguém a partejar sem os preparatorios, frequencia dos Cursos, e exames, que a Lei requer (FACULDADE, 1841).

No segundo registro, em 9 de dezembro daquele ano, o diretor da faculdade, Francisco de Paula Araújo e Almeida, assim se dirige ao Presidente da Província, em parecer definitivo daquela instituição, diante do pedido de revogação, pela Câmara, de medida de cassação assinada pelo Presidente:

O Officio de Vossa Excellencia de 4 de Novembro do corrente foi presente á Faculdade de Medicina com o da Camara Municipal desta cidade, representação do Vereador João Adrião Chaves, e mais papeis annexos, e que tudo se devolve a Vossa Excellencia, para q' a Faculdade interpusesse seu parecer. Pede a Camara Municipal a revogação da ordem de Vossa Excellencia para ser cassada a licença concedida a Rosa Maria da Silva Fernandes, allegando que ella teve em vista impedir que fosse estorvada a mesma Rosa no exercicio d'aparar crianças, e que só para isto lhe foi concedida a licença, e não para partejar, por sentir e reconhecer com a Faculdade de Medicina, que não pode permittir o uso d'arte obstetricia, a quem não tiver para esse titulo legal, e que, obrando na orbita de suas attribuoens, não violou, nem foi de sua intenção violar a lei. A Faculdade de Medicina suppoe na Camara Municipal os melhores sentimentos na observancia das leis; porem está convencida de que Rosa Maria da Silva Fernandes, a pretexto d'aparar crianças, faz diversas manobras, prescreve regras ás parturientes etc como as mulheres havidas por parteiras nesta Cidade, em virtude de titulo legal, e sendo innegavel que não é possível especificar bem em que consiste tal concessão, nem mesmo fiscalisar se é, ou não, alterada, podendo neste cazo, e em identicos, resultar abusar, constituindo-se parteiras de facto mulheres, que de direito não o podem ser, entende a Faculdade, e é de parecer que seja cassada a licença da Camara Municipal concedida a Rosa Maria da Silva Fernandes para aparar crianças (Ibidem).

Centro repositório do saber intelectual da Salvador oitocentista, a Faculdade de Medicina foi, reconhecidamente, um dos espaços onde se forjou uma nova mentalidade, fundamentada no conhecimento científico. Mas seria equivocados imaginar que a sua contribuição às transformações tenha se dado linearmente, sem movimentos oscilantes ou ambiguidades. A memória que restou do incêndio de 1905 oferece testemunho inequívoco de que a instituição não escapou às idiosincrasias da sociedade em que se inseria.

A posição de vanguarda cultural que lhe é atribuída, retrospectivamente, encontra um paradoxo na distância que a manteve formalmente separada dos fundadores da Escola Tropicalista Baiana. Como explicar que as pesquisas e descobertas científicas de caráter pioneiro e alcance internacional que se produziram então na Província, não tenham tido a

chancela ou o apoio institucional da faculdade? Como entender que, contando com quadros de tão alta qualificação à mão, não os tenha incorporado, para a difusão do novo saber junto às gerações de médicos que formava?

O Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, registra assim o afastamento entre a instituição e o grupo:

Embora alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia participassem de suas atividades, os membros fundadores não conseguiram se integrar ao corpo docente dessa instituição de ensino. Portanto, a prática e ensino dessa medicina eram exercidos informalmente no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, e a divulgação dos estudos realizados pelo grupo era feita através do periódico *Gazeta Médica da Bahia*, lançado em julho de 1866 (FIOCRUZ, 2003, p. 2).

A seguir, explica as diferenças de ordem científica que impediram a aproximação:

Com base em conhecimentos médicos europeus, as investigações realizadas por esse grupo seriam expressão das novas disciplinas que surgiam durante o século XIX (anatomia patológica, parasitologia e bacteriologia). Contrapunham-se, assim, ao ensino médico oficial, representado na época pela Faculdade de Medicina da Bahia e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que ainda fundamentavam-se na teoria miasmática para explicar a etiologia das doenças, pressupondo que o solo produzia emanações causadoras de doenças que acometiam as populações (Ibidem).

As diferenças de ordem científica espelhavam, portanto, uma diferença de ordem temporal - não a literal, mas aquela relativa às distintas épocas ou mentalidades a que cada parte se filiava. A Faculdade debruçava-se sobre os sistemas especulativos europeus do século XVIII, enquanto a Escola Tropicalista acompanhava, e em muitos aspectos ultrapassava, o que já se produzia no século XIX, aplicando com originalidade as informações e tecnologias européias às observações e experiências desenvolvidas localmente.

No caso dos “tropicalistas”, a faculdade assumiu uma mentalidade conservadora - ou cautelosa, no mínimo. É inevitável uma comparação entre essa postura e o empenho e rigor com que estabeleceu e defendeu a regulamentação das atividades médicas em Salvador. No caso das parteiras, o posicionamento foi de decidido apoio à afirmação da nova mentalidade – que significava, de resto, a afirmação da profissão médica e da própria instituição.

O episódio da parteira Rosa Maria da Silva Fernandes se insere no contexto da afirmação do cientificismo-higienismo, que elevou os médicos à posição de instância ordenado-

ra da vida cotidiana, substituindo em grande medida os padres da Igreja Católica. Como uma das bases da doutrina médica, o higienismo criou prescrições que ordenariam a vida na cidade, no trabalho, no comércio de alimentos, no domicílio, na família, nos corpos, impondo parâmetros aos costumes, determinando enfim, o que seria a partir de então proibido ou permitido (MATOS, 2005, p. 1).

Mas também aí se revelaram as ambiguidades. A autoridade médica, investida de uma nova missão civilizadora e de um novo poder normatizador, utilizando como argumento o saber científico, posicionou-se frequentemente contra muitos dos avanços e modismos da época, especialmente aqueles acessíveis às mulheres.

São exemplos as críticas à máquina de costura, a que se atribuiu a capacidade de produzir doenças como a leucorréia e a menorragia, devido ao atrito das coxas; as condenações ao espartilho, apontado como causas de abortamento, doenças nervosas e esterilidade, por causa da compressão da circulação torácica e abdominal; e ainda a censura às formas mundanas de socialização urbana, tais como saraus, teatros, bailes, leitura de folhetins e o vestuário à moda francesa (BARRETO, 2001, p. 17-18)

Não se trata aqui, evidentemente, de julgar o mérito dos posicionamentos adotados pela instituição. Antes, interessa evidenciar como a Faculdade de Medicina - com atos, discursos e omissões – identificava-se com a sociedade baiana da época, oscilante entre os impulsos de inovação e o apego ao estabelecido.

## 1.7 ANTÔNIO DE LACERDA: DISCURSO E PRÁTICAS

O perfil e a trajetória de Antônio de Lacerda (1834-1885), o realizador do Elevador Lacerda, são enfocados aqui porque ilustrativos da mentalidade que passou a predominar na elite de Salvador a partir do século XIX, sob a influência do pensamento que se gestava então na Europa acerca do homem e da sociedade, notadamente o positivismo.

A aquisição dessa nova visão de mundo, mediante um processo que se poderia classificar como "transplante de mentalidades", passaria em Salvador a moldar as práticas e discursos acerca de quase tudo: trabalho, ciência, política, arte, religião, família, educação, arquitetura, habitação, higiene, lazer, alimentação, vestuário...

Em Lacerda, aqui retratado por um artista, em Paris (Fig. 56), a nova mentalidade se incorporaria ainda muito cedo, no exterior, para onde foi mandado pelos pais - prática adotada por muitas famílias ricas da Bahia, a exemplo da de Domingos Borges de Barros, que também encaminhou a filha Luisa, futura Condessa de Barral, ainda criança à França.



Figura 56  
ANTÔNIO DE LACERDA  
Autor desconhecido  
Paris, 1875  
Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Primogênito do rico comerciante português naturalizado brasileiro Antônio Francisco de Lacerda (Fig. 57) e de Angélica Viana de Lacerda (Fig. 58), senhora de tradicional família baiana, ele foi encaminhado aos nove anos para uma temporada de seis anos de estudos na Suíça. Conforme o estudo biográfico realizado pelo historiador Waldir Freitas Oliveira (2002, p. 7-8, passim), em Genebra conviveu com mestres das ciências naturais, “o que lhe despertou o gosto pelo estudo da natureza, especialmente da geologia e da paleontologia”.



Figura 57  
ANTÔNIO FRANCISCO DE LACERDA  
Autor desconhecido  
Óleo sobre tela, 77 x 59 cm  
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia



Figura 58  
ANGÉLICA VIANA DE LACERDA  
Salões e damas do Segundo Reinado

As duas disciplinas, dentre outras, se desenvolveram na Europa como fruto da concepção do homem enquanto construtor da história, capaz de dominar a natureza e dela extrair riquezas em seu benefício. Decorria daí o interesse pelas pesquisas científicas, que se prestaram ao mapeamento das riquezas naturais de territórios pouco conhecidos, a exemplo da América do Sul, onde o cientista inglês Charles Darwin realizou, em 1832, a famosa expedição organizada pelo império britânico. Como reflexo, difundiu-se em todo o mundo o interesse por essas disciplinas e suas descobertas. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Imperatriz Teresa Cristina inclinava-se pela arqueologia.

Lacerda retorna, aos 16 anos, para depois iniciar temporada de estudos nos Estados Unidos, onde frequentou a escola de engenharia do Rensselaer Polytechnic Institut, em Troy, Estado de New York. Na Europa e Estados Unidos, os avanços científicos e tecnológicos viabilizavam à época novas aplicações práticas para materiais diversos, especialmente o ferro, que a partir da Inglaterra se disseminou pelo mundo, na forma, principalmente, de estradas ferroviárias, trilhos urbanos e locomotivas.

Aos 23 anos regressa e casa-se com Adéle, filha do engenheiro belga Camille Montobio, radicado na Bahia desde 1849. Um pouco da vida doméstica do primeiro casal<sup>15</sup> é descrito no diário da expedição dos cientistas da Nova Inglaterra ao Brasil, entre 1864 e 1865. Lacerda recebe o naturalista Louis Agassiz e sua mulher, Elizabeth, em casa, e esta se mostra encantada com a ambiência:

É delicioso achar-se em uma fresca casa de campo. Sentada sob a espessa sombra de uma enorme mangueira, um livro sobre os joelhos, ora eu leio, ora eu escuto preguiçosamente sussurrarem as folhas ou arrulharem os pombos que picotam cá e lá o solo ladrilhado do vestíbulo; ora, enfim, eu olho os negros que, um cesto de verdura ou uma corbeilha de flores e de frutos do mar sobre a cabeça, vão e vêm no serviço da casa (AGASSIZ, apud PINHO, 1942, p. 45).

Não se sabe se a "casa de campo" a que se refere a naturalista seria a residência de veraneio (Fig. 59) do comerciante, reproduzida por Wanderley Pinho (1942) no livro "Salões e Damas do Segundo Reinado", e onde se vê, junto às mulheres da família, uma negra sentada numa cadeira, à direita. De qualquer forma, evidencia-se na descrição e no registro

---

<sup>15</sup> Viúvo aos 43 anos, ele casou-se novamente com Julita Navarro da Cunha Menezes, filha de Manoel Ignacio da Cunha Menezes, o Barão do Rio Vermelho.

fotográfico um gosto emergente na época em Salvador, também inspirado nos costumes europeus: o de habitar ou desfrutar de locais arejados, em convívio com a natureza.



Figura 59  
CASA DE VERANEIO DE ANTÔNIO DE LACERDA  
Salões e damas do Segundo Reinado

Paralelamente às atividades empresariais, o "Snr. Lacerda" mantém o interesse pelos recursos naturais, como revela Elizabeth Agassiz (Idem, p. 47) no seu diário, onde registra a sua contribuição aos naturalistas norte-americanos:

Amador apaixonado de história natural, consagrava-lhe todas as horas que pode roubar às exigências de uma vida de negócios altamente ocupada, e pôde ser assim um auxiliar utilíssimo para os nossos naturalistas.

A carreira profissional se desenvolveu a partir da firma do pai, Antônio Francisco de Lacerda. Em 1869 ele fundou a "Antônio de Lacerda & Cia", conhecida depois como "Transportes Urbanos", que implantou o *tram-road*, invenção americana composta por trilhos e *wagons* de passageiros puxados por animais ou movidos a vapor.

As linhas, implantadas progressivamente, interligaram a Praça do Palácio, rua Direita do Palácio, Largo do Teatro, rua de Baixo de São Bento (Carlos Gomes), largo do Senado (Piedade), Vitória, Estação da Graça, Barra e Quintas do Farol (FLEXOR, 2003, p. 5). Nesses empreendimentos, Lacerda enfrentou vicissitudes e prejuízos, como a perda de cinco carros importados dos Estados Unidos, desaparecidos em naufrágio (MARTINS, 1870a, p. 25).

Também os negócios dos transportes marítimos despertaram o seu interesse. Em 1869, juntamente com outros três comerciantes (Paulo Pereira Monteiro, Francisco Sampaio

Viana e Joaquim de Castro Guimarães), reivindicou ao Governo Imperial o direito de construir docas e armazéns no Porto de Salvador (ROSADO, 1987, p. 22). O projeto, como dito antes, foi um dos 14 apresentados ao poder público entre 1854 e 1891 - nenhum deles concretizado, em razão da falta de recursos públicos e dos interesses e pressões dos trapicheiros locais (AZEVEDO, P. O. de, 1985, p. 33).

A participação de Lacerda, assim como de muitos outros comerciantes baianos e estrangeiros, em obras públicas tornou-se comum na segunda metade do século XIX, quando o erário público atravessou grave crise, decorrente do declínio da produção e preços do açúcar no mercado internacional, bem como das vultosas aplicações demandadas para a formação do fundo de emancipação dos escravos e a execução do programa de imigração. Da parte dos comerciantes baianos, tais iniciativas eram assumidas não raro com fervor patriótico, como inversões em prol do progresso da pátria.

Foi a construção do Elevador Hidráulico da Conceição (mais tarde Elevador Lacerda) que o notabilizou, inserindo-o definitivamente na história da Bahia oitocentista. Enfrentando incredulidades e tentativas de ridicularização durante os 50 meses em que durou o empreendimento, inaugurou-o finalmente em 8 de dezembro de 1873. Com seu arrojo construtivo, subjugou a escarpa abrupta, abrindo em rocha viva um túnel de 81,5 pés de extensão, para ali instalar o mais alto ascensor do mundo, à época, com seus 195 pés de altura.

O discurso que pronunciou a quatro dias da inauguração oficial da obra, dirigido aos empregados da firma, é revelador, a um só tempo, das resistências às inovações e do impulso renovador que coexistiam nas mentalidades do povo baiano:

Muitas foram as dificuldades que encontrei, grandes os obstáculos que se antepunham ao meu projeto, porque não era fácil convencer o público da praticabilidade da Empresa. Eu, como gerente da Empresa e tendo alguma experiência do mundo, previa esses embaraços e tropeços; porque sei que as grandes idéias jamais se realizam sem grandes sacrifícios. Sendo o Elevador Hidráulico uma invenção nova tentada no País, e o seu projeto o mais gigantesco em relação aos *Lifts* e *Hoistings Machines* existentes na Europa pela altura da sua torre e extensão do seu túnel através da rocha viva, eu bem sabia que a empresa havia de encontrar obstáculos perante a indústria acanhada e rotineira da Província, por falta de conhecimentos teóricos e práticos de uns, pela dúvida e incerteza de outros, e, finalmente, pela descrença de muitos, que longe de auxiliá-la com seus capitais e influência, consideravam e propagavam ser a idéia uma utopia (OLIVEIRA, 2002, p. 14).

Recorda, a seguir, suas fontes de inspiração: utopias que haviam se tornado realidade, obras da engenharia moderna como a via férrea do Pacífico, a abertura do Canal de Suez,

no Mar Vermelho; a perfuração do monte Cenis, nos Alpes Suíços; o fio elétrico que uniu Inglaterra aos Estados Unidos, além do túnel entre Black Hawk e Middle Park, nos Estados Unidos, e o de Hoosac, entre Massachussets e o Oeste americano.

A fala constitui-se numa peça documental, enquanto expressão local do ideário civilizatório:

Que santas utopias que imortalizam um século! Que dão origem a grandes riquezas particulares e públicas, e fazem progredir rapidamente a civilização dos povos e a marcha da humanidade! [...] Abençoadas utopias, que elevam o homem à altura da humanidade e nobilitam-lhe o trabalho diminuindo as distâncias, facilitando as comunicações, colonizando os desertos, aproximando as nações, desenvolvendo a indústria, ativando o comércio, engrandecendo a agricultura, e animando as ciências e as artes. A natureza deixa-se dominar pelo homem e a matéria torna-se escrava da inteligência, que ilumina a humanidade como verdadeiro regulador da natureza material e moral dos povos. E no século XIX todos os progressos se revelam e se manifestam a um tempo! Tudo se move e converge para um mesmo fim – a civilização (Idem, p. 15/16).

Impressiona a semelhança entre os objetos de admiração de Lacerda, naquele ano de 1873, e os do escritor alemão Johann Wolfgang Goethe (1749-1832), 46 anos antes, em 1827. Entusiasmavam Goethe, àquela época, os grandes projetos internacionais nas áreas de transporte, mais precisamente a construção dos canais de Suez e do Panamá, as vias de comunicação entre as costas leste e oeste dos Estados Unidos e um canal entre os rios Reno e Danúbio (GOETHE, apud BERMAN, 1986, p. 72-73)

Ambos comungavam da mesma profissão de fé no utopismo: "Tudo isso está reservado para o futuro e para um espírito empreendedor [...] inúmeros benefícios resultarão para toda a raça humana [...] Quem me dera viver para ver essas grandes obras! Valeria a pena durar mais 50 anos para isso!", sonhava o autor de "Fausto", então com 78 anos, cinco antes de morrer (Idem).

Goethe era, à época, simpatizante do saint-simonismo, corrente de pensamento fundada pelo teórico social francês Claude-Henri De Rouvroy (1760-1825), o conde de Saint-Simon, que influenciou grandemente Auguste Comte e a vida intelectual da Europa no século XIX. Suas idéias, definidas posteriormente como socialismo cristão ou socialismo utópico, refletem o movimento de renovação do interesse na religião, com vistas à síntese entre o pensamento científico socialista, notadamente a análise da economia, e as crenças cristãs.

O saint-simonismo, que em muitos aspectos pode ser identificado no ideário do personagem goethiano Fausto, propugnava que a ciência e a tecnologia resolveriam a maioria

dos problemas da humanidade. Pregava o controle da sociedade pelos homens de negócios, e os cientistas em lugar dos padres na ordenação social, considerando que a moral e a política poderiam se transformar em ciências positivas, isto é, orientadas não por pressupostos subjetivos, mas por evidências objetivas.

Os estudos biográficos até aqui publicados sobre Lacerda não informam sobre seus possíveis referenciais teóricos, nem há qualquer alusão ao saint-simonismo. Virtualmente, ele poderia ter conhecido a doutrina durante a temporada de estudos em Genebra, entre o início de 1844 e dezembro de 1850 - já que os seguidores de Saint-Simon difundiam o seu pensamento por toda a Europa desde 1827. Naquela temporada, dentre os mestres europeus de Lacerda figuravam cientistas, como Raul Pictet, que depois se tornaria renomado ao obter a liquefação do oxigênio e do nitrogênio (OLIVEIRA, 1974, s. p).

Mas há que considerar que, ao concluir a estadia na Europa, Lacerda tinha apenas 16 anos de idade. Posteriormente, porém, continuou mantendo correspondências com sociedades científicas européias, numa época em que em Salvador também já se tornara mais intenso e facilitado o acesso a idéias e publicações estrangeiras.

Naquele dezembro de 1873, na véspera da inauguração do elevador hidráulico, o final do discurso do comerciante foi reservado para o agradecimento às diversas categorias de operários que atuaram no empreendimento - “o maquinista, o carvoeiro, o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mineiro, o carapina, o mestre das oficinas... todos, finalmente, artistas e industriais” - a quem dirige uma exortação ao trabalho, extensiva à educação e à moral:

E se agora me considero forte pela vossa estima e união, também vos considero felizes pelo vosso hábito e amor ao trabalho, à disciplina e à probidade, do que dou testemunho público nesta solene ocasião. Continuai nesta senda, firmes, laboriosos e livres; mas não indisciplinados como aqueles que só mostram coragem no tumulto dos comunistas calculados. Deixai que eles procurem achar a felicidade no ócio e no amor próprio de uma vida indolente e viciosa. Sede vós laboriosos e ganhareis com honra, à custa do vosso próprio suor o pão para vossas famílias. Instruí com o trabalho os vossos filhos que melhorareis as suas condições; esclarecei-os, que eles se moralizarão e serão felizes. É um erro grosseiro, Senhores operários, crer-se que a ociosidade torna a gente mais feliz: os observadores de todos os séculos consideram o trabalho como o conservador das forças corpóreas e da saúde d’alma. Só o trabalho nos pode dar a verdadeira felicidade, porque é ele origem de toda a riqueza pública e particular e o regulador dos bons costumes (OLIVEIRA, W.F, p. 18).

Tem-se aí uma demonstração cabal da penetração que teve em todo o mundo o ideário "ordem e progresso", síntese do pensamento positivista. A valorização que conferia à atividade econômica, produtora de bens materiais, apresentou-se como solução para os problemas econômico-sociais do século XIX. O trabalho se afirmou como base da riqueza, da evolução, do progresso, e também como fonte do bem-estar individual e da ordem social.

Esse primeiro discurso foi seguido de outro, mais breve, pronunciado na noite da inauguração, durante recepção oferecida na sua casa, em agradecimento aos sócios da empresa. É curioso notar que, em ambos, os avanços científicos e tecnológicos, a visão utópica, o esforço e a perseverança do homem tenham sido reiteradamente apontados como causas exclusivas do êxito, sem que constasse uma única menção a fatores de ordem espiritual.

A estranheza se justifica em razão de que o autor do discurso era estreitamente ligado à religião católica. O arrojo empreendedor, tão fielmente ajustado ao cientificismo e ao ideário civilizatório, se estendia também à participação em entidades católicas e à prática da caridade. O próprio empreendimento a que se referia no discurso recebera originalmente o nome de Elevador Hidráulico da Conceição por ter sido inaugurado no dia em que Salvador homenageava Nossa Senhora da Conceição.

Membro da Associação Católica, fundador e presidente da Conferência de São José e da Conferência de Nossa Senhora da Vitória, Lacerda criou uma escola gratuita para a educação de meninos pobres (JORNAL DE NOTÍCIAS, apud OLIVEIRA, 2002, p. 26). Seu nome ligou-se, também, à construção, em 1876, da Capela do Asilo dos Expostos ou Capela de Nossa Senhora das Vitórias (Figs. 60 e 61), da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, localizada na Pupileira.



Figuras 60 e 61  
CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS  
Fachada e interior  
Santa Casa da Misericórdia da Bahia

A construção, que abriga o seu jazigo perpétuo, apresenta multiplicidade de estilos, como apontado no Inventário de Proteção do Acervo Cultural (1984, p. 176). Ostenta janelas ogivais e outros detalhes neo-góticos, exibindo, concomitantemente, um dos elementos mais arcaicos da arquitetura religiosa brasileira, o alpendre frontal. Este, por sua vez, utiliza ferro forjado, material de uso recente na arquitetura civil de então. Antes que bizarra, pode-se considerar esta uma arquitetura eloquente, que diz muito de Lacerda e do seu tempo.

A Santa Casa (2004) descreve assim a sua participação no erguimento da capela:

Em 1874 era Mordomo do Internato Nossa Senhora da Misericórdia o engenheiro Antônio Lacerda, construtor do elevador mais famoso de Salvador. Entre 1874 e 1876, sob sua liderança, foi construída a bela Capela Nossa Senhora das Vitórias, inaugurada em 29 de junho de 1876, no lugar onde antes funcionava a casa para onde se dirigiam as crianças recém admitidas no Internato. Os benfeitores responsáveis pelo financiamento da obra preferiram manter seus nomes em sigilo, tendo este desejo respeitado. No seu relatório de 1877, o provedor Antônio Carneiro da Rocha relata: "para o maior esmalte de seus merecimentos e virtudes, guardam até hoje o mistério sobre seus nomes". Mistério que jamais se desvendou.

O próprio Asilo dos Expostos devia muito à sua contribuição. O presidente da Província, Luis Antonio da Silva Nunes (1876, p. 86), registra que "os 29:645\$300, em que importou a sua construção, devem-se exclusivamente á caridade individual, solicitada por esforços das zelosas Irmãs de Caridade, e do incansavel mordomo, Comendador Antonio de Lacerda". O contrato da Antônio de Lacerda & Cia também estipulava a destinação, a cada aniversário da firma, do valor correspondente ao lucro líquido daquele dia a uma casa pia de Salvador (OLIVEIRA, 1974, s. p.).

O empreendedorismo e utopismo de Lacerda não impediram que enfrentasse dificuldades financeiras no final da vida (Idem). Mas, por ocasião da sua morte, em 1885, era detentor de grande prestígio e reconhecimento. Foi então reverenciado por sociedades científicas européias, Câmara Municipal, Assembléia Provincial, e também pela Santa Casa da Misericórdia. O Jornal de Notícias (apud OLIVEIRA, 2002, p. 25), em nota rememorativa do transcurso da sua morte, em 1897, apresenta-o como "um verdadeiro adepto da religião do Calvário e da sublime virtude da nossa religião - a Caridade".

Ilustre representante do seu tempo e lugar, Antônio Lacerda, entretanto, no momento máximo da sua trajetória de vida, omitiu Deus naqueles pronunciamentos que legou à poste-

ridade, enquanto registros autobiográficos da sua visão de mundo. A omissão deixa espaço para cogitações.

Uma delas é a de que o homem público fosse, mais do que portador de fé espiritual, antes praticante de ritos religiosos e ações filantrópicas que, ademais do prestígio social que conferiam, se coadunavam com o seu ímpeto de intervenção na realidade.

Cabe notar que a filantropia foi postura comum a muitos homens públicos de então, baianos e também estrangeiros, a exemplo do médico inglês Jonathas Abbott, apresentado adiante, e do comerciante e industrial suíço François Auguste de Meuron, dono de uma fábrica de rapé em Pirajá, que ao morrer, em 1857, doou à cidade recursos que viabilizariam depois a compra do Solar Machado, na Calçada, para a instalação do Asilo da Mendicidade (NEESER, C. H., 1990, p. 40).

A prática filantrópica não encontrava exceção sequer entre os mercadores de escravos, como atestam as doações a instituições de caridade incluídas nos testamentos feitos por Domingos José Martins e Joaquim Pereira Marinho, respectivamente em 1845 e 1884, reproduzidos na obra "Fluxo e refluxo do do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos", de Pierre Verger (1987, p. 481,482,452). Marinho, que foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, seria depois homenageado pela instituição com uma estátua, localizada nos jardins do Hospital Santa Isabel.

No século XIX, persistiam entre as famílias da elite baiana as formas de religiosidade e caridade consolidadas em séculos anteriores. No estudo "Religiosidade, sensualidade e sexualidade: Bahia no século XVIII", Maria Helena Flexor (1998, p. 15) afirma que

A riqueza, em lugar de ser uma maldição, era antes uma via de acesso privilegiado à santidade. Ser religioso, frequentar a igreja, receber todos os sacramentos nos tempos estabelecidos, pertencer a uma Irmandade ou Ordem leiga, buscar indulgências, usar escapulário ou passar as mãos nos relicários, fazer doações pias, portanto, era parte do utensílio mental setecentista.

Pode-se ainda associar sua inclinação filantrópica à aplicação prática da doutrina civilizatória, sustentada no binômio ordem e progresso. A tendência que, no âmbito artístico, ensejaria a revalorização da ordem clássica, através do Neoclassicismo, geraria, noutra esfera, uma ambição de higiene ou profilaxia social, num momento em que os efeitos da Revolução Industrial faziam crescer, nas ruas das capitais européias, uma grande massa de desempregados e mendigos.

Em muitos núcleos urbanos, a exemplo da Paris reformulada pelo Barão de Haussman, e nas demais cidades que tomaram aquelas intervenções como modelo, a preocupação com a higidez extrapolou muitas vezes os espaços físicos urbano e doméstico para se introduzir no meio social, justificando iniciativas que visavam afastar do cenário citadino os elementos considerados evidências materiais de uma situação oposta à civilização.

Em 1873, ao impor vetos a uma lei que criava formalmente o asilo de mendigos, o então presidente da Província, desembargador João José d'Almeida Couto, reconhecia, entretanto, "a urgente necessidade de fundação de um asylo para nelle serem recolhidos esses infelizes que tão triste espectáculo apresentam pelas praças e ruas da Capital" (COUTO, 1873, p. 28).

Como já observado anteriormente, esse pensamento justificou, ao longo do século XIX, numerosas iniciativas de confinamento ou segregação de mendigos, loucos, mulheres, negros e crianças abandonadas ou carentes. Proliferou, na época, a criação de espaços de reclusão - como asilos, hospícios, orfanatos e reformatórios - que mantinham na invisibilidade as imagens humanas repulsivas à sensibilidade civilizada.

Outra hipótese que explicaria a ausência de referências à dimensão espiritual no discurso de Antônio Lacerda é a de que, a despeito de ser efetivamente portador de uma crença, ele tenha se inclinado por esculpir a sua imagem póstera como homem visionário, ligado ao futuro da civilização – um tema recorrente no positivismo, através dos conceitos do vir-a-ser e de evolução, sintetizados no lema "progresso".

Neste caso, a postura seria igualmente reveladora da mentalidade da elite europeia e baiana dos Oitocentos, que, na autoprojeção da sua imagem, idealizada em conformidade com os cânones emergentes, passara a assimilar e estabelecer contrastes e oposições entre o progresso e a religiosidade, associando o primeiro ao esforço de atualização rumo ao futuro e a segunda, ao legado de um passado que no presente perdia sua força - portanto menos provável de credenciar seus defensores perante a história.

Qualquer das duas hipóteses evidencia a coexistência, na Salvador do século XIX, de mentalidades híbridas, emblemáticas de expressões de épocas distintas. A personalidade singular de Lacerda, apresenta-se, assim, como exemplo das presenças inequívocas de passado, presente e futuro nas mentes, comportamentos e discursos de uma sociedade em transição.